

Pedra & Cal

10 anos
1999-2008

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

Património Fúnebre

Reportagem
Requalificação do Museu de São Roque

Opinião
Proposta de alteração ao Código dos Contratos Públicos

Prémio GECORPA 2008 - Casa José Régio

Ano X - N.º 40 Outubro/Novembro/Dezembro 2008 - Publicação trimestral - Preço € 4,48 (IVA incluído)



0.004.0

8 460772 407723



1



**Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.**



4



2



3



5

É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente.

A Monumenta assume-se como empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Lançando mão dos recursos que possui e tirando partido da experiência acumulada e das iniciativas de desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico que promove internamente, a Monumenta encontra-se apta a aplicar soluções técnicas pouco intrusivas, como:

- Consolidação de alvenarias antigas por injeção de caldas de diversa natureza;
- Execução de tirantes e pregagens para reforço estrutural;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de elementos estruturais de madeira;
- Reforço de fundações;
- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Reintegração, consolidação e reforço de cantarias;
- Conservação e restauro do património integrado.

Fotografias:

- 1 - Consolidação de alvenarias antigas
- 2, 3 - Rebocos e refechamento de juntas em alvenarias antigas (antes e depois)
- 4 - Reparação localizada de elementos de cantaria
- 5 - Reparação selectiva de estruturas de madeira (colocação de próteses)

A **Monumenta** é uma empresa do Grupo Stap, ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Ld.ª, a Oz, Ld.ª, a Stap, SA e a Tecnocrete, Ld.ª.



R. Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Dt.º 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 593 361 Fax.: 213 153 659

info@monumenta.pt
www.monumenta.pt

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º 40 - Outubro/Novembro/Dezembro 2008

Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503 980 820

Director: Vítor Cóias

Coordenação: Cátia Teles e Marques / Joana Gil Morão

Conselho redactorial: João Appleton, João Mascarenhas Mateus, José Aguiar, Miguel Brito Correia, Teresa de Campos Coelho
Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

António Pereira Coutinho, Carlos Casimiro, Carlos Moura, Carlos Sá Nogueira, Cátia Teles e Marques, Gonçalo Ribeiro Telles, Joana Ramôa, Luiz Oosterbeek, Luís Pedro Mateus, Manuel Maia Gomes, Miguel Brito Correia, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Vassalo e Silva, Paula André, Regis de Souza Barbosa, Sofia Alexandra Mendes, Tiago Ribeiro, Vítor Cóias

Design gráfico e produção:

Canto Redondo - Edição e Produção, Ld.ª

Rua Cândido dos Reis, n.º 5 - R/C Dir.

2700 - 142 Amadora

E-mail: canto.redondo@gmail.com

Publicidade:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050-170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Impressão: Gráfica Europam, Ld.ª

Rua Francisco Lyon de Castro, 2

2725 - 397 Mem Martins

Distribuição: VASP, S. A.

Depósito legal: 128444/98

Registo no ERC: 122549

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 2500 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

Capa



Escultura do jаззо de Sousa Viterbo no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.
Fotografia: Divisão de Gestão Cemiterial (CML)

EDITORIAL 2

QUADRO DE HONRA 3

EM ANÁLISE 4

A Ruralidade Urbana e o Cemitério
(Gonçalo Ribeiro Telles)

NOTAS HISTÓRICAS 9

Megalitismo em Portugal
(Luiz Oosterbeek)

11

O sorriso perdido dos sarcófagos etruscos
(Carlos Moura)

14

O Património Tumular
Uma visão de conjunto sobre arcas e jacentes medievais em Portugal
(Joana Ramôa)

ESTUDO DE CASO 17

Conhecer e revelar o espaço e as construções do Cemitério dos Prazeres do século XIX
(Paula André)

REPORTAGEM 21

A requalificação do Museu de S. Roque
(Cátia Teles e Marques)

PRÉMIO GECORPA 25

Prémio GECORPA 2008
(Miguel Brito Correia)

Obra Premiada
A intervenção na Casa Museu José Régio
(Manuel Maia Gomes)

Menção Honrosa
Reitoria da Universidade de Lisboa
Obra de carpintaria, marcenaria e restauro do Laboratório Químico e Anfiteatro do Museu da Ciência
(Carlos Sá Nogueira)

DIVULGAÇÃO 29

Património Funerário no Cemitério dos Prazeres em Lisboa
(Carlos Casimiro)

ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO 32

Relicários
Túmulos de prata
(Nuno Vassalo e Silva)

Tema de Capa:

Património Fúnebre

PROJECTOS & ESTALEIROS 34

Mausoléu dos Beneméritos da S. C. Misericórdia de Lisboa
Alto de São João
(Luís Pedro Mateus)

36

O Património Funerário dos nossos dias...
(Sofia Alexandra Mendes)

38

Estudo de Reabilitação estrutural da Capela de Santa Catarina em Frielas
(Tiago Ribeiro)

OPINIÃO 40

Procedimento pré-contratual e limite para trabalhos a mais em intervenções de reabilitação estrutural
Uma proposta de alteração ao Código dos Contratos Públicos
(Vítor Cóias)

CARTAS & CONVENÇÕES 43

Obras públicas ou privadas, 40 anos da Recomendação da UNESCO
(Miguel Brito Correia)

NOTÍCIAS 44

PERFIL DE EMRESA 47

VIMOS E OUVIMOS 46

Como reabilitar: uma entrevista e várias lições
(Vítor Cóias)

AGENDA 48

VIDA ASSOCIATIVA 49

e-pedra e cal 50

Cronologia do fúnebre
(António Pereira Coutinho)

LIVRARIA 51

ASSOCIADOS GECORPA 53

PERSPECTIVAS 56

Finalmente, os devolutos
Passarão à prática as novas medidas anunciadas?
(Nuno Teotónio Pereira)



Património fúnebre. Dez anos de *Pedra & Cal*

Nós morremos quando desaparecem as últimas pessoas que ouvimos falar de nós.

António Lobo Antunes

Ao longo de séculos e milénios, a morte esteve na origem de algumas das maiores construções que chegaram até nós. Faraós, imperadores e reis procuraram perpetuar a sua memória através de grandes construções funerárias. Com elas asseguraram a eternidade, já que, enquanto essas construções existirem, *alguém falará deles*. A luta pela perpetuação da memória é, de resto, a própria essência do *monumento*, termo que deriva do latim *monere*, recordar.

A arte fúnebre surge então, não ao serviço da morte, mas ao serviço da memória.

Modernamente, as construções funerárias já não assumem (felizmente) as proporções da antiguidade, mas a morte continua a ser, na generalidade dos países e das culturas, origem e justificação de construções destinadas a perpetuar a memória de pessoas, de grupos ou de famílias, ou, simplesmente, a albergar os seus despojos.

Com este número da *P&C* completa-se um ciclo de dez anos. De facto, foi no quarto trimestre de 1998 que saiu o número zero da nossa revista. No editorial desse número, falava-se de um vazio a preencher – a falta de uma revista dedicada à prática da reabilitação das construções antigas e da conservação do património – e de uma missão a cumprir – ajudar os profissionais e as empresas desta área a fazer um melhor trabalho.

Preencheu-se o vazio e cumpriu-se a missão? Neste, como em muitos outros domínios, o sucesso é algo relativo. No entanto, as perto de três mil páginas publicadas deram certamente um contributo.

Com este número podia muito bem cessar a publicação da *P&C* – no que até o tema escolhido estaria de acordo... Mas é, certamente, cedo de mais para a *P&C* acabar. O vazio voltaria a existir e a missão não está cumprida. No entanto, compete à próxima assembleia-geral do GECoRPA tomar decisões sobre este assunto. Numa altura de grandes mudanças, como é a que actualmente vivemos, faz sentido reavaliar o projecto *P&C* e introduzir-lhe as correcções que se revelarem necessárias. Talvez a revista passe a ser semestral ou anual, tirando mais partido da Internet. Ao fim e ao cabo, quantas árvores tiveram de ser abatidas para produzir o papel gasto?... Talvez a revista se deva concentrar mais nos aspectos relacionados com a prática da reabilitação do edificado e da conservação do património. De qualquer maneira, os quarenta e um números publicados constituem, eles próprios, um pequeno património, que muitos dos nossos leitores prezam e acarinham.

O GECoRPA e o director agradecem a todos quantos, ao longo destes dez anos, colaboraram na *P&C* e por ela se interessaram. Foi uma boa caminhada.

Vítor Cóias

Quadro de Honra

Pedra
& Cal



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

LN RIBEIRO
CONSTRUÇÕES Lda



Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.



Do número apreciável de empresas que têm manifestado interesse na conservação do património arquitectónico português e nas actividades do GECORPA, foi seleccionado um grupo restrito de patrocinadores da revista *Pedra & Cal*.

Para distinguir essas empresas, particularmente empenhadas no sucesso da revista, foi criado o presente Quadro de Honra.

A Direcção do GECORPA

A Ruralidade Urbana e o Cemitério

O cemitério, elemento de paisagem e património básico de uma cultura e de uma história, é um dos elos mais significativos que liga a cultura rural à urbana de uma mesma comunidade.

A CIDADE E OS ARREDORES

A Revolução Industrial provocou o aumento da população das cidades, devido ao êxodo de muitos trabalhadores rurais que abandonaram as aldeias e a actividade agrícola à procura de melhores condições de vida, de um emprego mais estável e de um futuro com melhores perspectivas de realização pessoal. Os recém-chegados e familiares amontoaram-se, primeiro, em velhos edifícios, mais ou menos arruinados, e, mais tarde, para a nova população urbana construíram-se bairros sociais e vilas operárias. A gradual mecanização dos sistemas agrícolas veio contribuir para o desemprego rural, aumentando por esse motivo o fluxo de trabalhadores e de famílias às cidades. O desenvolvimento do comércio, da construção civil e das obras públicas foram também uma causa para continuar a aumentar o número de rurais que fugiam das aldeias para trabalharem naqueles sectores. Nas áreas periféricas, abandonadas pela agricultura, construíram-se, clandestinamente, povoados de casas sem estruturas de acesso e de saneamento básico. Muitos destes extensos bairros povoados legalizavam-se mas continuavam a crescer em número de habitantes, devido ao aumento da volumetria dos edifícios. A população dos bairros sociais e dos povoados clandestinos assumia, muitas vezes, a ruralidade do seu recente passado praticando nos espaços vazios uma agricultura de subsistência que ainda bem conheciam. Nos subúrbios das cidades, a concretização dos planos de urbanização

traduziu-se na distribuição casuística de alinhamentos de moradias unifamiliares, no quadro tipológico da "Cidade Jardim", de "Bairros Sociais", no quadro tipológico da "Cidade Radiosa", e, ainda, de densos conjuntos edificados, constituindo massas de betão, sem se basearem num desenho urbano válido e consistente, mas apenas em objectivos especulativos de valorização financeira. Recentemente, nos "Planos Directores Municipais" surgiram os Perímetros Urbanos – como áreas determinantes do uso do solo –, tendo por finalidade, apenas, permitir a expansão urbana no interior daquele perímetro. Procura-se defender a "Zona Rural" da construção de edifícios urbanos e manter nela o uso agrícola. A área daqueles perímetros, calculada em excesso, devido a uma previsão fictícia da necessidade de habitações, motivou, em muitos casos, a existência de "vazios", que, em face das perspectivas abertas em função de possível construção, não é fácil destinar a outro uso social que não esse. A desagregação do "fácies" rural dos arrabaldes da cidade foi impedindo a "osmose"¹, que existia, até então, entre a vida urbana e o mundo rural. Em Portugal, especialmente em Lisboa, houve sempre, entre a cidade e o campo, uma relação física e social justificativa da presença constante da ruralidade na vida urbana que tinha esta como destino da actividade agrícola. As antigas portas da cidade abriam-se para dar entrada aos alimentos vindos dos campos próximos e das hortas contíguas. Pelos aquedutos, corria a água potável desde as nascentes no campo até aos chafarizes

da cidade, uma vez que os poços do interior não eram suficientes para garantir o abastecimento necessário. Os "Livros de Horas", obras iluminadas medievais, atestam bem as relações existentes na Europa, entre a cidade e o campo. Nesses calendários, a imagem correspondente a cada mês do ano representava o trabalho agrícola mais significativo que nele se realizava. Tal imagem tinha sempre, como pano de fundo, a silhueta duma cidade. A imagem do mês de Dezembro, em que não havia especial trabalho a realizar nos campos, é representada pela actividade campestre possível: a "caçada". No entanto, a cidade continua a figurar como pano de fundo².

As searas, as hortas, os pomares, os olivais, as vinhas e, mais afastados, as matas e os montados, organizavam-se num mosaico de diferentes espaços compartimentados, onde também surgiam os campos de feiras e as corredouras, as capelas votivas que justificavam as romarias, as "quintas de recreio", as cercas dos conventos e as tapadas. As "quintas de recreio" dos arredores eram refúgios de frescura para quem podia fugir às temperaturas estivais e às pestes urbanas e reencontrar descanso e sossego. Constituíam um pequeno mundo onde se conjugavam a produção da horta e do pomar, a protecção da mata e das sebes, e o recreio e prazer do jovial e dos percursos. As gentes do povo da cidade procuravam, nas idas domingueiras às hortas, às feiras e às romarias, para além do incentivo religioso, reencontrar a vida natural dos campos



Em todas as páginas do calendário, representa-se a actividade agrícola ou campestre, mas em cada uma delas está sempre presente, ao fundo, a cidade. Les Très Riches Heures du duc de Berry, c. 1410. A gradagem (mês de Outubro) e a caça (mês de Dezembro)

em lugares de festa e sadio convívio. Existia uma relação física de proximidade, e também social e económica, da cidade com o campo. Transpunha-se e percorria-se com prazer a cintura verde de quintas, olivais, vinhas e campos de cultura, que constituía um mosaico de espaços compartimentados ligados por caminhos e azinhagas. Este anel que envolvia a cidade permitia uma transposição da “urbe” para o mundo rural onde predominavam os valores e componentes vivos da paisagem natural, enquanto na “urbe” dominava o material inerte. Nos subúrbios de Lisboa, e de muitas outras cidades, naquele mosaico de culturas variadas surgiam lugares singulares e dominantes na paisagem, reconhecidos, desde

a pré-história, pelo seu “génio” próprio, e, mais tarde, adoptados pelo cristianismo como lugar com um patrono, sítio de convívio e de comunhão colectiva. Aí se festejam, nas romarias, os santos onde, antes, se celebrava o tempo da mudança das estações, das colheitas e das actividades da pastorícia. O mosaico suburbano da paisagem rural prolonga-se para o interior do aglomerado urbano, ocupando espaços dispersos, circunscritos, desligados uns dos outros. São áreas residuais da anterior ruralidade envolvidas pelo crescimento do casario: cercas conventuais, quintas de recreio, tapadas, jardins botânicos, pedreiras e areeiros abandonados, ou, apenas, elementos isolados como tanques, poços,

noras, latadas, muros de suporte, aquedutos, sistemas de rega e caleiras, com significativo valor arquitectónico, cultural e patrimonial. Repetem na cidade o “fácies” rural da paisagem envolvente. Os nomes de muitas ruas, praças, largos, calçadas e travessas, atestam, em Lisboa, a presença histórica da ruralidade, o que valoriza a cidade na sua vetusta antiguidade. São, por exemplo, as ruas do Cardal, do Laranjal, do Rosmaninho, a Calçada do Carrascal, as Travessas da Horta Seca, do Ferregial, da Mata, a Travessa Nova da Parreirinha, os sítios da Charneca, dos Olivais, da Ameixoeira, dos Arroios, do Rio Seco, as Azinhagas dos Ameixois e dos Asno, a Praça da Figueira, etc., etc..

Muitos jardins e espaços públicos, criados no século XIX, foram-nos sobre campos de feira, como o seu nome atesta: Campo Grande, Campo Pequeno, Campo de Sant'Ana, Campo de Ourique.

Mais de uma centena de nomes de ruas, praças, travessas, calçadas e sítios atestam a antiga ruralidade da cidade.

DO CEMITÉRIO E DO JARDIM EM PORTUGAL

O Jardim, na cultura antiga e mediterrânica, é um lugar de descanso e paz, saudade do paraíso

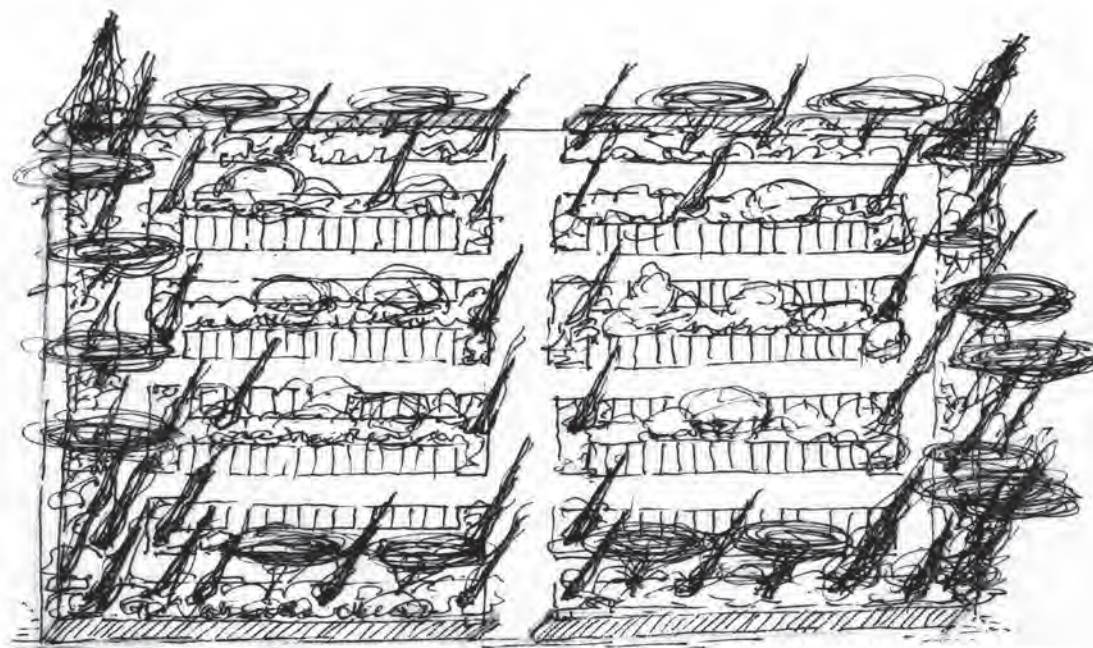
terrestre que tinha sido destinado à felicidade do Homem, mas, donde este foi expulso, por desobediência, e obrigado a trabalhar. O paraíso de origem divina passou a ser o jardim, fruto do trabalho humano, que também perdura no horto, no pomar, no olival, na quinta de recreio e até no quintal urbano. Será sempre um lugar singular no Éden, o vale fértil, um lugar fechado, limitado por muros ou outras vedações eficazes, de descanso, recreio e contemplação, de passeio e meditação, onde o tempo perpassa devagar, marcado pelo esplendor do dia

e o mistério da noite, o correr dinâmico das estações e a exuberância da vida, desde as formas mais humildes da vegetação até às mais gloriosas impostas pela sua forma e cor. A palavra cemitério tem origem no verbo grego *Krimao* – eu descanso, eu durmo – donde *Krimeterium* – dormitório. No latim, *Coemeterium* – lugar de dormir e repousar. Para os cristãos, a “última morada” (o cemitério) é, também, uma relação presente de continuidade entre a comunidade dos vivos e a dos seus mortos, indispensável à identidade cultural dos povos desde o indivíduo, a família até às nações. O cemitério, elemento de paisagem e património básico de uma cultura e de uma história, é um dos elos mais significativos que ligam a cultura rural à urbana de uma mesma comunidade. As primeiras igrejas cristãs foram construídas sobre as sepulturas dos primeiros cristãos e, bem depressa, os enterramentos que se faziam nos seus adros passaram a realizar-se no interior dos templos e nas criptas; apesar da condenação de tais enterramentos em sucessivos concílios: Braga 663, Meaux 845, Tribur 895, Reims 1117. O cemitério, uma vez retirados os corpos do chão sagrado da igreja, continua a ser, na civilização cristã, um espaço sagrado, fechado, contido entre muros, um memorial colectivo das gerações e da história duma comunidade. O cemitério é, como o jardim, um lugar de repouso e quietação adaptado ao condicionalismo biofísico do sítio. Deve estar presente a simbologia e ambiência em que se expressa ou evoca a santidade da morte, o culto dos antepassados e a consideração religiosa da individualidade de cada sepultura.

Se, na paisagem rural, os cemitérios tradicionais obedecem a esta essência, na cidade, os cemitérios, apesar de envolvidos por um contínuo edificado, devem observar os mesmos princípios e condicionalismos básicos e respeitar a escala humana.




Cemitério da Ajuda. Traçado geométrico, tanto na zona mais antiga como na mais recente, em que nesta se considerou a escala humana dos talhões de enterramento



A escala humana dos espaços de enterramento deve estar sempre nas realizações (desenho do autor)

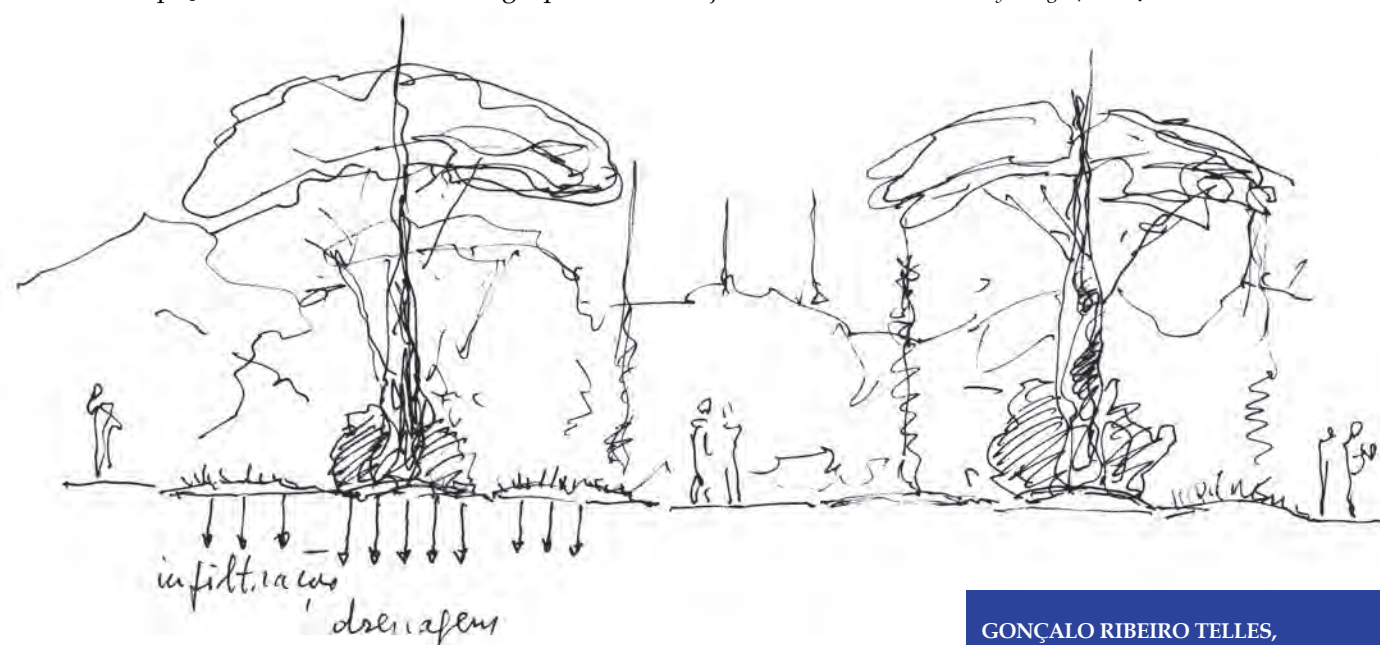
culto individual, familiar e comunitário onde se estabelece um elo de ligação entre a comunidade dos vivos e a comunidade dos mortos. Trata-se da relação cultural e histórica das comunidades com a sua origem e o seu ser e da identificação do indivíduo com a colectividade. Em cada cemitério, há que garantir a individualização de cada sepultura e a escala humana e a intimidade dos espaços de enterramento.

A religiosidade e poética do lugar exige a presença da vegetação desde as árvores e sebes até às flores de cobertura das sepulturas individuais. Os diferentes campos de enterramento devem constituir um mosaico de parcelas, com a área máxima de 3 000 m.q., integrado numa estrutura contínua de vegetação. Cada parcela não deve conter mais de duzentas sepulturas, mesmo que agrupadas em conjuntos familiares,

para que se verifiquem as condições e as premissas atrás consideradas. O cemitério na sua expressão cultural constitui, portanto, um dos elos de ligação da paisagem urbana com a paisagem do mundo rural conjugando as duas culturas. 

NOTAS

- (1) Influência recíproca. Interpenetração.
- (2) Breviário Grimani, "Travaux et Fêtes au Moyen Âge"/Paul Jarnot.



A estrutura vegetal e a permeabilidade e porosidade do solo são indispensáveis no cemitério (desenho do autor)

GONÇALO RIBEIRO TELLES,
Arquitecto paisagista



Cemitério de Carnide. Projecto do arquitecto paisagista Júlio Moreira. Traçado coerente com a tradição

O cemitério urbano deverá ser um jardim, incluído na estruturação ecológica da cidade à escala do bairro, tendo uma dimensão que permita as relações de vizinhança e o sentido de colectividade.

O prof. Ricardo Jorge esclareceu que não há nenhum problema sanitário se o terreno escolhido para o cemitério for bem permeável e poroso, fácil de escavar e sem rochas para que se possam desenrolar os processos biológicos de autopurificação e para que se verifique, nas suas camadas superficiais, uma vida biológica intensa. Estão, naturalmente, impedidos de serem cemitérios, os terrenos de natureza humosa, calcárea ou fortemente argilosa. Hoje, não há que temer as consequências da proximidade dos campos de enterramento em relação aos locais de habitação, mas escolher um terreno que, pela natureza do seu solo e localização, satisfaça as condições físicas e culturais exigidas para o efeito. Devem-se evitar as grandes necrópoles e promover a criação de cemitérios a um nível de serviço de Bairro para as cidades e de Vila para o espaço rural. Um dos problemas mais graves dos actuais cemitérios em Portugal é o da sua impermeabilização, devido ao pavimento dos arrua-

mentos, à continuidade das lajes e ornamentos de pedra que cobrem o solo e à própria betonização das covas das sepulturas.

Esta situação, impossibilitando a infiltração das águas pluviais e o arejamento do solo, impede a decomposição dos corpos e a presença da vegetação. No desenho do cemitério, confrontam-se três correntes:

1. A corrente tradicional em Portugal de concepção geométrica muito simples. O cemitério é defendido por um muro de alvenaria com um portal de entrada de cantaria e grades de ferro. Os ciprestes, as sebes arbustivas e as flores, colocadas pelos familiares, dominam o quadro vegetal.
2. Uma concepção em que domina o relvado, em que o "parque nórdico" substitui o "jardim meridional". Conceito estranho à nossa cultura, mentalidade e paisagem que os familiares dos defuntos vão transformando no jardim que mais sentem, colocando vasos com flores cortadas ou plantando espécies adequadas.
3. Um desenho rígido e mecanicista que não corresponde aos sentimentos da população sobre a morte, traduzindo-se num espaço vazio, frio, asséptico onde perdura o esquecimento.

Estamos convencidos que a nossa concepção tradicional de cemitério,

como jardim, é o ponto de partida para o desenho de novos cemitérios ou da sua recuperação. Tal concepção permite a aplicação das premissas de gestão e economia propostas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia sem que estas premissas se sobreponham ao sagrado da morte e do lugar. Uma alameda central conduz à capela ou igreja. Perpendicularmente a este eixo, os caminhos conduzem aos campos de enterramento onde as campas se alinham cobertas por uma laje ou cercadas por um gradeamento. No primeiro caso, os vasos de flores atestam as visitas dos familiares e amigos, no outro plantam-se flores cuidadosamente tratadas pelas famílias. Os jazigos foram-se alinhando dum e outro lado do caminho central, a partir de meados do século XIX. Os ciprestes colocados ao longo dos arruamentos, antigos símbolos fálicos na Roma imperial, apontam agora para o céu de Cristo e atestam, desde logo, a presença do lugar sagrado. O cemitério urbano requer condições de recolhimento, sossego e dignidade, consequentemente longe do bulício e dos ruídos da cidade moderna porque ele é a "última morada" ou seja o lugar de presença física dos antepassados.

É, portanto, um lugar sagrado de

Megalitismo em Portugal

O megalitismo funerário é, antes de mais, um indício da crescente complexidade social: os grupos humanos, na sua estratégia de ocupação da terra, vão sentindo a necessidade de legitimar interesses de controle colectivo exclusivo contraditórios, e fazem-no com recurso à configuração de redes de parentesco que se projectam em linhagens e se estruturam em torno dos mortos.



Monumento 5 da Jogada (Abrantes) – monumento natural antropizado no VI milénio a. C.

Uma das expressões arquitectónicas que marcam o território português, cedo reconhecida, é o megalitismo. Esta designação, que remete para a noção de “construções funerárias com grandes pedras”, engloba no entanto realidades muito distintas, pela sua natureza, função específica e cronologia: grandes pedras levantadas (menhirs); espaços circulares ou ovalados delimitados por grandes pedras levantadas (cromeleques); câmaras funerárias formadas por grandes pedras levantadas (esteios) e cobertas por grandes lajes, com ou sem corredor (antas ou dolmens); câmaras similares às anteriores mas construídas com blocos de pedra menores e com coberturas em falsa cúpula (tholoi); pequenas cistas definidas por lajes de pedra e até grutas escavadas na rocha que se assemelham às construções em falsa cúpula;

tumulações colectivas em gruta que mimetizam as tumulações em antas; ou ainda monumentos naturais posteriormente utilizados como local funerário.

O megalitismo, que chegou a ser considerado expressão de uma “cultura”, é um fenómeno que se inicia no nosso território na segunda metade do VI milénio a. C. e perdura, com novas construções, reconstruções e re-ocupações, até aos inícios do II milénio a. C.. Atravessa, assim, um largo lapso temporal, durante o qual a paisagem e a sociedade se transformaram profundamente, com a progressiva implantação de um modo de produção agro-pastoril e, depois, com os primórdios da metalurgia do cobre e bronze.

Não se pode, pois, falar de “uma cultura”, mas tão pouco se pode negar o “ar de família” destas construções e,

o que é talvez mais relevante, o facto de que à medida em que iam sendo erguidas, as anteriores permaneciam visíveis (e, portanto parte da paisagem) para as gerações sucessivas.

Os monumentos megalíticos distribuem-se por quase todo o território português: as terras altas para Norte do Douro, as Beiras, o Alentejo e as faixas costeiras. Ocupam implantações topográficas muito diversificadas, mas que recorrentemente parecem reflectir um conhecimento aprofundado das propriedades de certos tipos de rochas (os granitos, os gneiss, os calcários...).

No Alentejo e, provavelmente, no Algarve, os primeiros menhires e cromeleques são datáveis do Neolítico antigo, ou seja, correspondem às primeiras comunidades de economia mista que praticavam a domesticação de animais e, provavelmente, uma agricultura incipiente ainda. Este primeiro megalitismo ainda não é funerário, podendo interpretar-se como sendo um conjunto de marcadores simbólicos de um território em mudança. Com efeito, os grupos humanos que povoavam o actual território português no Holoceno, até ao VI milénio, haviam desenvolvido bem sucedidas estratégias de adaptação às modificações ambientais, orientadas para a caça de fauna de pequeno porte, para a colecta de moluscos nos estuários dos grandes rios ou para a recolha de plantas e frutos. Uma possível oscilação nas condições ambientais (indiciada em estudos desenvolvidos no vale do Tejo e reconhecida noutras regiões da Europa), acompanhada pela degradação da cobertura vegetal (e rarefação da fauna associada) e conjugada com



Anta 1 de Val da Laje (Tomar) – monumento megalítico construído nos inícios do V milénio a. C.



Anta da Foz do Rio Frio (Mação) – monumento megalítico construído em finais do V milénio a. C.

a chegada à Península de pequenos grupos de viajantes conhecedores das técnicas de produção agro-pastoril, permitiram a introdução destas últimas no mosaico de estratégias utilizadas. Esta introdução, no entanto, veio criar novas tensões potenciais, pois o seu sucesso implicava a modificação das condições territoriais para a continuidade das estratégias de caça e recollecção: a futura desflorestação, em prol da criação de terrenos de cultivo e de pasto.

Tratou-se de um processo lento, desigual nos ritmos e formas de implantação, mas globalmente articulado nas várias regiões. As sociedades que se estruturavam em função dos ciclos de vida e migração das espécies predadas, passam a estruturar-se em função dos ciclos de produtividade da terra, sendo este o novo referencial estruturante da sua concepção do mundo. O megalitismo (como aliás a arte rupestre que lhe é coeva) deve compreender-se neste quadro, como uma estratégia de marcação do território que valoriza a terra (e já não apenas dos seus produtos naturais) e o controlo territorial (e já não apenas dos ciclos de vida que nela se apoiam).

É a partir de meados do V milénio que o megalitismo funerário irrom-

pe, no Alentejo e no Alto Ribatejo (vales do Tejo e do Zêzere), mas também no Norte de Portugal, nas Beiras e no Algarve. O megalitismo funerário é, antes de mais, um indício da crescente complexidade social: os grupos humanos, na sua estratégia de ocupação da terra, vão sentindo a necessidade de legitimar interesses de controle colectivo exclusivo contraditórios, e fazem-no com recurso à configuração de redes de parentesco que se projectam em linhagens e se estruturam em torno dos mortos. O investimento desta primeira arquitectura, essencialmente em construções “para os mortos”, exprime, assim, uma etapa decisiva da consolidação do modo de produção agro-pastoril e da paisagem rural: o campo cultivado, antropizado, percorrido por animais domesticados (ou seja, de alguma forma antropizados também), é tutelado pela memória dos mortos.

Este processo de construir “casas para os mortos” como meio de conferir “poder aos vivos” é, também, um processo com profundas implicações nos mecanismos de organização social. Tal como a própria agricultura, a construção destes monumentos implicava o dispêndio de uma força de trabalho considerável, impondo a coordenação de acções de grupos

alargados de indivíduos, em certos casos (em monumentos mais complexos) provavelmente provenientes de povoados distintos. Desta forma, por um lado eram consolidadas as redes de intercâmbio entre tais povoados, e por outro eram implementados procedimentos de diferenciação funcional e, progressivamente, social, dos participantes em tais acções de construção colectiva (que implicavam cadeias de comando e, a prazo, conduzem à diferenciação no acesso aos próprios monumentos).

No IV milénio, o megalitismo estende-se a zonas anteriormente ainda não ocupadas, como a Estremadura, já na transição para o modo produtivo agro-metalúrgico. Mas, no IV milénio o foco da actividade arquitectónica já não é o megalitismo (que ainda perduraria por muito tempo) e sim a arquitectura perene dos povoados, expressão da consolidação das sociedades agro-pastoris, agora já orientadas para a afirmação da posse colectiva (mais do que apenas da tutela) dos seus territórios.

LUIZ OOSTERBEEK,
Instituto Politécnico de Tomar,
Grupo “Quaternário e Pré-Histórica” do
Centro de Geociências (uID73 – FCT)
loost@ipt.pt

O sorriso perdido dos sarcófagos etruscos

Numa tarde cálida do fim do Verão de 1930, um viajante italiano, de passagem por Lisboa, aproveitou a escala do seu navio no Tejo para realizar uma excursão a Sintra e Monserrate. Na companhia ocasional de alguns ingleses, também cultos e curiosos, aqui viria a deparar, em pleno parque e para grande surpresa sua, com três sarcófagos que logo reconheceu serem etruscos. Meio arruinados e em estado de total abandono, era nula entre os guardas e o próprio guia que os conduzia a consciência ou o conhecimento objectivo do que se tratava.

Empenhado na clarificação da descoberta, dela viria a dar notícia ao arqueólogo Pericle Ducati, professor de arte clássica e etrusca na Universidade de Bolonha, que logo procedeu ao seu estudo preliminar, dado à estampa no ano seguinte¹ com as indispensáveis fotografias.

Propriedade de Sir Francis Cook (1817-1901), 1.º visconde de Monserrate, a quem pertencera a quinta e o respectivo palacete neogótico, sobre os sarcófagos dizia-se terem sido adquiridos, cinquenta ou sessenta anos antes, num lote de salvados de um naufrágio ocorrido algures na costa portuguesa. Versão lendária que se sobrepôs à compra, efectuada em Roma, por este membro da Sociedade dos Antiquários de Londres e importante coleccionador de pintura, outrora conservada na sua Doughty House, em Richmond (Surrey). A que juntara, em Monserrate, um razoável acervo de peças antigas, hoje dispersas², mas publicitadas, já em 1868, pelo arqueólogo alemão Wilhelm Gurlitt. Resgatados, finalmente, após décadas de incúria (que lhes valeu múltiplos estragos e o furto de um jacente), encontram-se agora os sarcófagos no Museu de S. Miguel de Odrinhas. Em boa hora limpos e restaurados, reúnem-se os três no sugestivo espaço da “Cripta Etrusca”, evocadora

do ambiente das necrópoles daquela civilização. Sob a luz que sobre eles se derrama, ressurgem então, uma vez mais, os valores dramáticos tão correntemente assumidos por esta escultura funerária e uma das componentes, não tanto da etruscoma-

pedra vulcânica chamada *nenfro*, especialmente abundante no território da sua vizinha Vulci. Com Vulci, além de Veios, Cerveteri, Toscana e Orvieto, para citar os principais, Tarquínia foi um importante centro da Etrúria meridional, como ates-



Fotografia: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

nia, mas do inegável fascínio do seu universo de representações.

Datáveis do século III a. C., constituem três exemplos da produção corrente de Tarquínia, que para tal se servia, como neste caso, de uma

tam as suas necrópoles. E umas das capitais da pintura, onde se contam, entre outros, os túmulos famosos dos Touros, dos Águres, dos Leopardos, do Ogre e dos Escudos, cronologicamente distribuídos entre

os séculos VI e II a. C., do período de influência jónica à época helenística.

Expressão do estatuto da sua poderosa aristocracia, os sarcófagos e as urnas tinham-se tornado cada vez mais numerosos, em resultado da evolução da política e da sociedade etruscas, originando uma autêntica indústria de produção em série. Nascidas dos vasos canopos (de possível inspiração egípcia), as urnas funerárias haviam conduzido, no século VI a. C., ao sarcófago com figuras de vulto pleno na cobertura. Os magníficos exemplares dos Museus de Villa Giulia e do Louvre ilustram bem essa produção, localizada em Cerveteri, modelando na *terracotta* a imagem sofisticada do casal, reclinado sobre o *kliné* fúnebre. Onde se abre o sorriso, sugeri-

do pela Jónia arcaica e convertido em etrusco, no rosto dos homens e mulheres sob o respectivo *tutulus* (chapéu). Sorriso confiante, de uma casta dirigente que prescinde da arrogância impositiva, fitando a vida do além com serenidade. O mesmo sorriso do contemporâneo Apolo de Veios, da Cabeça de Ménade do antefixo do mesmo templo (M. Villa Giulia) ou da Esfinge do Museu de Chiusi.

Daí o contraste com as figuras de Odrinhas, onde o tratamento do rosto, fechado sobre os lábios encurvados, exprime o indisfarçável sentimento de amargura que se apossara da arte dos *rasenna*. Individualizadas, as personagens participam de um realismo estereotipado, fixado na consistência adiposa dos volumes, e protuberância do ventre, típica da

tipologia *obesus etruscus*, denominação há muito extraída de um verso satírico de Catulo (*Carmina*, XXXIX, 11). Nele se opunha a suposta voracidade deste povo à frugalidade dos úmbrios, assim transposta para escultura funerária, a que a pátera sacrificial conferia o necessário atributo de religiosidade. A sugestão da grinalda em torno do pescoço, sobre o peito flácido, e a faixa de cordão cingindo a fronte, são os adereços que ostenta, provavelmente diante da porta do reino dos mortos, como a pintada no Túmulo dos Áugures ou a do Túmulo dos Anina, flanqueada por Charum et Vanth, os inquietantes demónios da morte, portadores do martelo e tocha simbólicos. Mas é cerca de um século e meio depois, nos retratos do sarcófago dos Esposos de Volterra, de *terracotta* policromada, que podemos encontrar, na eloquência trágica, quase arrepiante do seu realismo, o testamento artístico que é também documento de uma civilização consiente da sua própria morte³.

NOTAS

(1) P. Ducati - "Notizia di tre sarcofagi etruschi a Monserrate presso Lisbona". *Studi Etruschi*. V. Florença: 1931, pp. 523-529.

(2) E. Danziger - "The Cook collection, its founder and its inheritors". *The Burlington Magazine*, CXLVI, 1216. Londres: 2004, pp. 444-458.

(3) Consulte-se, a respeito de tudo isto: O. J. Brendel - *Etruscan art*. Harmondsworth: 1978; A. Giuliano e G. Buzzi - *Splendeurs étrusques*. Paris: 1992; M. Torelli - *The etruscans*. Londres: 2001.

CARLOS MOURA,
Historiador da Arte,
Docente da FCSH-UNL



Fotografia: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

**Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.**



Rua Pedro Nunes, n.º 45 - 1.º Esq. 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 Fax: 213 153 550
E-mail: ger@oz-diagnostico.pt
www.oz-diagnostico.pt



Ensaio de ultra-sons na Ponte Angeja



Avaliação das propriedades
mecânicas de uma argamassa de
assentamento, através do ensaio
de arrancamento de uma hélice



Observação boroscópica de uma parede



Extracção de carote na laje de cobertura
de um edifício, para caracterização do
material

INSPECÇÃO E DIAGNÓSTICO DE CONSTRUÇÕES ANTIGAS: ANTES DE INTERVIR, CONHECER

Com cerca de vinte anos de experiência e detentora de uma certificação ISO 9001:2000, a **Oz** está em condições de prestar um conjunto de serviços de qualidade, numa área de grande exigência, de forte componente tecnológica e de constante inovação. Entre estes serviços, destacam-se:

1. Vistoria de edifícios e outras estruturas com identificação e registo de anomalias.
2. Monitorização topográfica para acompanhamento de deformações e movimentos das estruturas.
3. Levantamento da geometria, constituição e implantação dos elementos estruturais e fundações.
4. Ensaio para caracterização da resistência e estado de conservação dos materiais e elementos estruturais.
5. Elaboração de projectos de reabilitação energética e ambiental de edifícios. *
6. Elaboração de planos de manutenção de edifícios (de habitação, de serviços) e de infra-estruturas (industriais, de transportes). *
7. Revisão de projectos de construção nova ou de reabilitação de construções existentes.
8. Modelação estrutural utilizando programas de cálculo avançados.
9. Simulação tridimensional ("restauro virtual") para fins arquitectónicos, arqueológicos ou museológicos. *
10. Concepção e realização de acções de formação especializada, na área da reabilitação das construções (a empresa é entidade formadora acreditada pelo IQF). *

*serviços não abrangidos, à data, pelo âmbito da certificação.



A **Oz** é uma empresa do Grupo Stap, ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Ld.ª, a Monumenta, Ld.ª, a Stap, SA e a Tecnocrete, Ld.ª.



O Património Tumular Medieval Português

Uma visão de conjunto sobre arcas e jacentes medievais em Portugal

O domínio artístico da escultura, seja com suporte na arquitectura ou de vulto, apesar de longamente secundarizada no que às temáticas de estudo sobre a Idade Média se refere, constitui, na verdade, um dos campos privilegiados de exercício (logo, para nós, historiadores, de observação) de algumas das principais dinâmicas da estética e das mentalidades medievais, e, portanto, dos principais movimentos da criação medievla.

Sugere-nos apelar, assim, na sequência desta consideração, à feliz expressão, que em parte a corrobora, de Johan Huizinga, que apelidou esse momento, tumultuoso a tantos níveis mas inquestionavelmente rico em termos artísticos, que foi o *terminus* da sociedade medieval, de *Outono da Idade Média*¹. Com efeito, para lá do óbvio reforço da ideia de um ciclo que nestes séculos (XIV e XV) se encerra, como os troncos secos dão lugar às tímidas folhas novas, temos aqui contida uma visão metafórica perfei-

tamente válida para a caracterização da escultura gótica, particularmente da de temática vegetalista – pois esta segue verdadeiramente, no modo como a flora se representa, o caminho de uma natureza que, ainda em botão no século XIII, desembocará, a partir do século XV, e particularmente já na dita *arte manuelina*, nos tons cálidos e nas formas espinhosas e recortadas do tempo outonal. É, de facto, este o processo de desenvolvimento de uma nova atenção à natureza iniciado com a escultura gótica de Duzentos e (e é

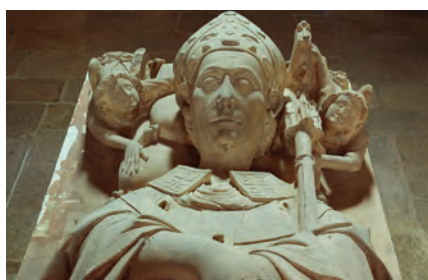
isto sobretudo que no presente artigo nos interessa) de uma propensão naturalista que, concretamente no domínio da escultura tumular, culminará num realismo arrepiante, dificilmente entendível pela nossa sociedade *jovialcêntrica*, plasmado em cadáveres expostos sobre as tampas das arcas. Isto o que encontramos neste século XV nalguns exemplares franceses – enquanto em Portugal, Dom João I e Dona Filipa de Lencastre dão as mãos de esposos fiéis e se fazem representar na sua mais perfeita compleição física. De facto, embora a escultura de vulto (a que pertencem as arcas a que nos referimos) não seja novidade total do mundo gótico, é, indubitavelmente, uma das áreas que maior consistência adquire nestes séculos que se seguem ao Românico. Caminha-se, como dissemos, de um certo hieratismo para um sentido de humanismo muito grande, que chega, nalguns momentos, ao domínio de um realismo surpreendente – e neste processo de *humanização* das temáticas e de exploração dos valores do naturalismo, assume lugar destacado a figura jacente, aquela que literalmente jaz sobre a arca destinada à tumulação e que representa, segundo o código medieval, a pessoa ali inumada. O jacente, esse sim, é, podemos dizê-lo, uma das grandes criações do mundo gótico e, portanto, uma das mais ori-



Jacente da Infanta D. Constança – Séc. XIV (2.ª metade)
Sé de Lisboa, Capela de Santa Ana



Túmulo com jacente de Gomes Martins Silvestre – Séc. XIV (2.ª metade)
Reguengos de Monsaraz, Igreja de Nossa Senhora da Lagoa



Jacente de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga – Séc. XIV (1334)
Braga, Sé, Capela da Glória



Jacente de Bartolomeu Joanes – Séc. XIV (1.º quartel)
Sé de Lisboa, Capela de S. Bartolomeu

que podemos agrupar deste modo: o núcleo de Coimbra, conhecido pelo recurso à pedra de Ançã e pelo trabalho de Mestre Pêro⁴; o núcleo de Santarém⁵; o núcleo de Lisboa, onde tende a usar-se o calcário de liós; o núcleo de Évora, caracterizado pelo uso do mármore; o núcleo do granito ou do Norte de Portugal. O *corpus* escultórico tumular medieval português revela ser, assim, desde logo pela sua abrangência geográfica, um legado privilegiado da nossa medievalidade, património riquíssimo, e tantas vezes mal tratado e compreendido, do panorama artístico português – e isto, não só pelas figuras jacentes de que algumas arcas se dotam, mas também pelas representações que tendem a ocupar-lhes os faciais (nas mais ricas, os quatro), de entre as quais merecerá especial referência a iconografia da caça (mormente caça ao javali), aparentemente uma originalidade portuguesa no quadro da tumulária europeia. O novo tratamento destas peças (como património de valor inestimável) passará, segundo cremos, pelo aprofundar e o generalizar de um novo discurso sobre as mesmas, que coube a José Custódio Vieira da Silva⁶, em larga medida, iniciar em Portugal, e de que aqui fazemos eco como afirmados herdeiros e continuadores. São, de facto, estes *moimentos* lugares privilegiados de preservação de uma memória tantas vezes difícil de captar

(por carência de documentos escritos, por perda de representações, por simples abismos culturais em relação ao nosso tempo), materializadores de algumas cenas, gestos e significações com poucos outros espaços de manifestação, imortalizadores de sociedades e de personagens que, ocupando-se, na maioria, da feitura dos seus próprios túmulos, têm neles o seu mais puro e verdadeiro legado aos vindouros⁷.

Fotos: José Custódio Vieira da Silva
Copyright: Projecto Imago

NOTAS

(1) Johan Huizinga – *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, s.d..

(2) Nas considerações que a partir daqui desenvolvemos acerca do jacente medieval, seguimos largamente a proposta de entendimento de José Custódio Vieira da Silva – *Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV)*. *Revista de História da Arte*. Nº 1. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Sobre este tema da escultura tumular vejam-se ainda: Maria José Goulão – *Figuras do Além. A escultura e a tumulária. História da Arte Portuguesa*. Dir. Paulo Pereira. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, e Francisco Pato de Macedo – *O Descanso Eterno. A Tumulária. História da Arte Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

(3) A principal excepção a esta representação do jacente como um vivo parece ser, na generalidade dos seus exemplares, o grupo episcopal, formado por arcas tumulares de

bispos, os primeiros, de resto, a fazerem-se representar nos seus túmulos por meio de figuras jacentes. Veja-se: Joana Ramôa e José Custódio Vieira da Silva. *Sculpto Immagine Episcopali: jacentes episcopais em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. *Revista de História da Arte*. Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. N.º 6 (no prelo).

(4) Mestre Pêro é, a par de Mestre Telo Garcia, um dos poucos nomes conhecidos no que se refere a escultores portugueses medievais.

(5) Já noutra oportunidade, concretamente na nossa tese de Mestrado (no prelo), assim como num artigo desta resultante, a propósito das representações do Calvário em arcas tumulares medievais portuguesas, desenvolvemos esta questão do que definimos como os núcleos escultóricos de Coimbra e Santarém. Joana Ramôa – *Os centros de produção escultórica medieval de Coimbra e Santarém: um olhar dirigido à iconografia do Calvário na escultura tumular medieval portuguesa. Arte Teoria*. Revista do Mestrado em Teorias da Arte Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Volume 11. Ano 2008.

(6) *Ob. cit.*

(7) Remetemos, neste encerrar do discurso, para a base de dados de iconografia medieval resultante do projecto de investigação *Imago* e consultável através do site <http://imago.fcsh.unl.pt>, onde se encontram catalogadas 63 peças de escultura tumular medieval portuguesa.

JOANA RAMÔA,
Bolseira de Doutoramento da Fundação
para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a
realizar na Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas (UNL)



*Cão, Jacente de D. Maria de Vilalobos – Séc. XIV (2.ª metade)
Sé de Lisboa, Capela de S. Cosme e S. Damião*



*Túmulo com jacente de D. Fernão Sanches – Séc. XIV (1.ª metade)
Lisboa, Museu Arqueológico do Carmo*

ginais e significativas manifestações da sociedade que nestes séculos viveu. Corresponde este fenómeno do jacente medieval, desde logo, à afirmação clara e inquietante de um individualismo cada vez mais assumido – sobretudo individualidade perante o destino pós-morte, perante um julgamento que já não é colectivo, mas pessoal e único. São também, estes jacentes, um retrato da época, pois as vestes, os atributos, as atitudes, as inscrições, todo o programa iconográfico com que cada personagem se faz representar, mais do que um retrato individual, tal como hoje o concebemos, concretiza um retrato

social, corresponde a um código definido e recorda o lugar do indivíduo na sociedade a que pertence, portanto, no mundo terrestre que abandona². Contrariamente ao expectável, estas representações apresentam-se, assim, antes de mais, e não esquecendo a sua natural associação a um contexto de morte (pois de túmulos se trata), como uma forma de celebração da vida, visto ser o jacente uma representação do indivíduo em vida – não só porque desse modo se veste e apresenta, mas também, e sobretudo, porque está, na maior parte dos casos, de olhos bem abertos e em atitude dinâmica³.

Iniciado provavelmente ainda no século XIII (com o túmulo de Dom Rodrigo Sanches, m. 1250 – Mosteiro de S. Salvador de Grijó) e prolongado até ao século XVI (onde continuam a aparecer alguns exemplares, sobretudo túmulos inseridos em edículas, seguindo o modelo adoptado para a chamada *Ínclita Geração* na Capela do Fundador do Mosteiro da Batalha), este fenómeno artístico das arcos tumulares com jacente abrange todo o território nacional e espalha-se pelo espaço de sés, mosteiros, museus, igrejas matrizes e paroquiais, dividindo-se por uma série de núcleos escultóricos



*Túmulo conjugal com jacentes dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre – Séc. XV (1ª metade)
Batalha, Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Capela do Fundador*

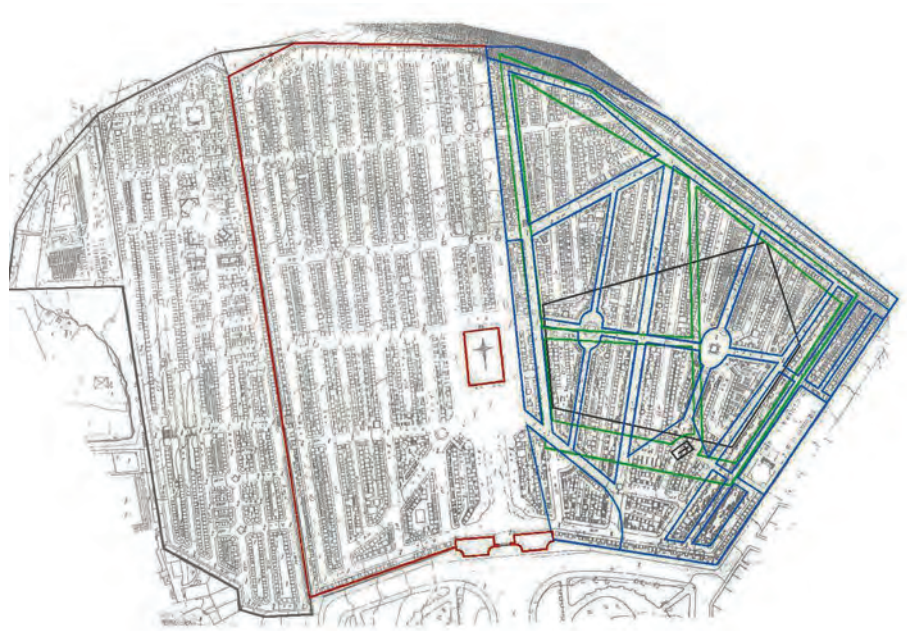


*Jacente da rainha D. Isabel de Aragão, a rainha santa – Séc. XIV (1330, cerca de)
Coimbra, Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, Coro-baixo*

Conhecer e revelar o espaço e as construções do Cemitério dos Prazeres do século XIX

O Cemitério dos Prazeres tem a sua origem no ano de 1834, tendo sido implantado sobre o vale de Alcântara em parte de uma quinta denominada dos Prazeres, onde existia uma Ermida dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, que dará o nome ao cemitério.

O espaço cemiterial obedeceu a um programa previamente estabelecido e publicado na *Gazeta Official do Governo*¹. Determinava esse programa que o cemitério devia ter uma forma regular, com pórtico fechado, uma decente ermida e espaço para valas de enterramentos gerais, para sepulturas rasas e para mausoléus. É esse programa que está subjacente ao *Projecto para a distribuição do cemitério público do lado occidental de Lisboa*, assinado logo em 1834 pelo arquitecto José da Costa Sequeira. Segundo este projecto, na origem, a entrada estava localizada num dos eixos laterais do cemitério, frente à Estrada dos Prazeres. A situação altera-se a partir de 1838, quando a Câmara de Lisboa encontra no cemitério parisiense de Père-Lachaise um modelo a seguir, tendo então mandado vir o seu projecto e regulamento interno da capital francesa. A Câmara encarrega o seu arquitecto de “dividir o terreno interno em ruas bordadas de arvoredo e monumentos”, e levantar “a planta de uma decente capela, e pórtico”². A intenção do município terá sido empreender a ampliação e a redistribuição do espaço cemiterial, de modo a ultrapassar a posição “periférica e enviesada” da referida ermida, e a localização “indirecta” da entrada, verificando-se uma clara vontade de regularizar o espaço cemiterial, de torná-lo simétrico e com uma centralidade bem demarcada. Embora essa ampliação se tenha concretizado, tanto a capela



Reconstituição da evolução do espaço do Cemitério dos Prazeres durante o séc. XIX, sobre planta de finais do séc. XX: preto, área inicial e localização da ermida dos Prazeres [1834]; verde, área a adicionar, sua distribuição e localização da ermida dos Prazeres [1834]; azul, ampliação, sua distribuição e localização da ermida dos Prazeres [1856/58]; vermelho, ampliação, sua distribuição, localização da nova entrada e da nova capela [1863]

como a nova entrada só se realizariam bastante mais tarde, como se pode ver no primeiro levantamento exacto da cidade de Lisboa, isto é, na *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/58*, onde se confirma a ampliação do cemitério mas ainda se mantém a primitiva entrada lateral e a Ermida dos Prazeres. Pela mesma *Carta Topográfica*, podemos igualmente verificar que toda a área que circunda os muros do cemitério

é caracterizada por uma topografia rural, de terrenos privados de quintas, o que demonstra que este novo equipamento liberal foi um foco direccionado de desenvolvimento da cidade e consequentemente de traçado urbano.

Na segunda metade do séc. XIX, o cemitério dos Prazeres terá a sua área aumentada à custa da sucessiva anexação de terrenos. Esse contínuo aumento da sua área leva a que, em

1863, seja aprovado um novo projecto de distribuição dos arruamentos incluindo a regularização da sua entrada. Seria então apresentado o projecto de um portal, que corresponde ao actual acesso desenhado pelo arquitecto Domingos Parente da Silva. Paralelamente a estes melhoramentos, construiu-se a nova capela em 1861, para a qual passaria a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres. A nova entrada e a nova capela determinariam uma nova centralidade no espaço do cemitério ainda nesse séc. XIX. Podemos definir essa nova centralidade seguindo o eixo traçado desde o exterior na Rua Saraiva de Carvalho, continuando pelo Largo dos Prazeres, sendo marcado pelo pórtico da entrada, seguindo pelas ruas 11 e 15, as quais se dilatam formando uma espécie de praça onde se implanta a nova capela, nas traseiras da qual esse eixo se prolonga até ao limite ocidental do cemitério. O cemitério oitocentista pensado e delineado por razões higienistas como um espaço fun-

cional e regular, com centralidades e periferias em tudo semelhantes à morfologia urbana da cidade, revela-se uma segunda cidade. A valorização, histórica e artística do Cemitério dos Prazeres contribuirá para uma consciência patrimonial com a clara intenção de promover a sua conservação e divulgação.

Nesta segunda cidade, na encenação romântica deste novo palco da memória, feita através da construção de jazigos assumidos como monumentos, coube à arquitectura historicista o papel principal, tornando-se o cemitério num catálogo vivo de estilos arquitectónicos que, partindo do modelo de raiz clássica ou do modelo de raiz gótica, apresentam um múltiplo leque de variantes.

Os jazigos construídos na área correspondente à primeira fase do cemitério reproduzidos na obra *Os túmulos Portugueses no alto dos Prazeres* de 1845, revelam que as formas mais frequentemente usadas para a composição dos túmulos de menores dimensões eram: o pedestal, a colu-

na, a pilastra, o obelisco, a pirâmide e a urna. Nos túmulos de maior dimensão, construções mais próximas de um pequeno edifício, tendo por vezes a designação de jazigo ou jazigo de família, adoptaram-se traçados de raiz antiga, nomeadamente romana, o que no contexto do séc. XIX poderíamos designar de traça neoclássica. Os modelos adoptados para essas construções funerárias são semelhantes aos modelos construídos e reproduzidos nas primeiras recolhas de túmulos e nos primeiros guias de cemitérios publicados na Europa, modelos presos às formas da Alta Antiguidade, da Antiguidade Clássica, e da época Medieval. A maior parte destas construções eram desenhadas e executadas por canteiros, o que levaria à sua massificação.

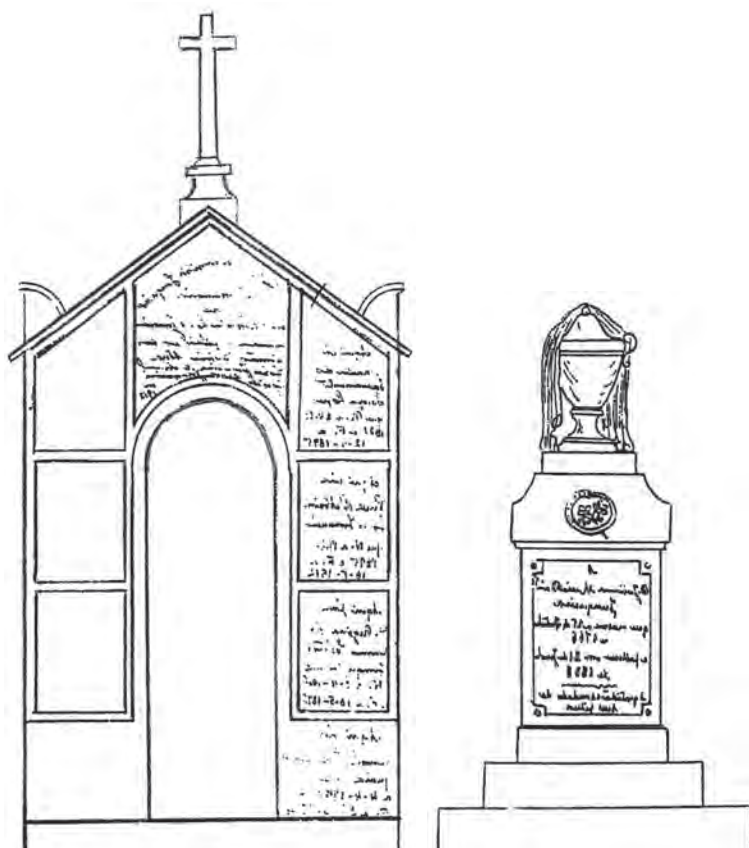
Igualmente da 1.^a metade do séc. XIX e construído nessa primeira centralidade, destacamos o jazigo da família Palmela. Em 1845, a Câmara Municipal de Lisboa acordava que se aceitasse “a oferta” feita por



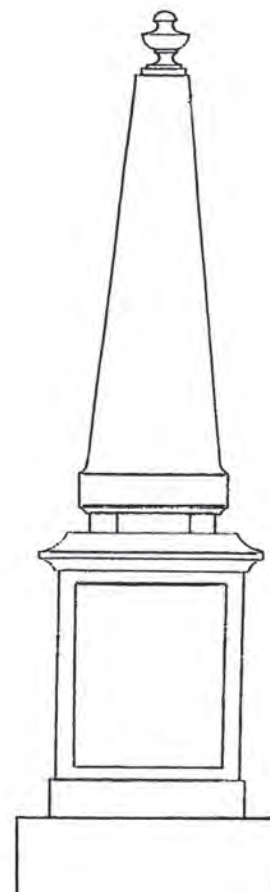
Filipe Folque, Carta Topográfica da Cidade de Lisboa e seus arredores, 1856/58



Jazigo família Palmela, Giuseppe Cinatti, c. 1847



2.º e 1.º desenhos apresentados à C.M.L. para o jazigo n.º 3



Desenho apresentado à C.M.L. para jazigo n.º 7

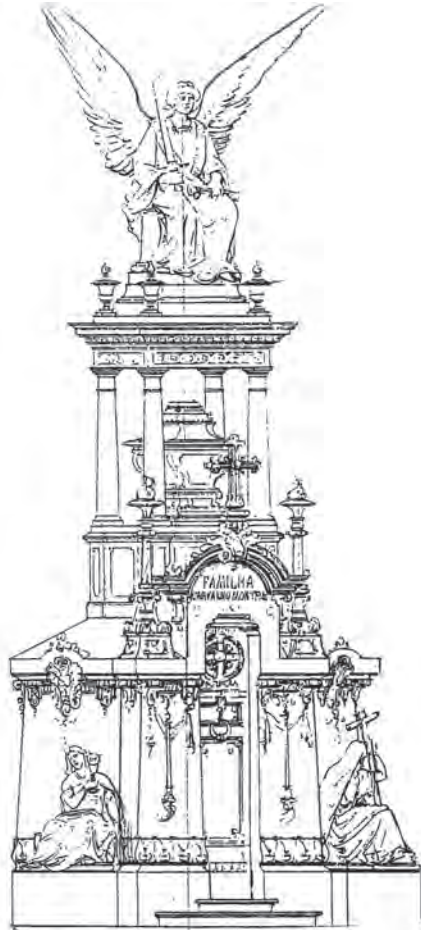
D. Pedro de Sousa Holstein, de “juntar ao cemitério dos Prazeres um terreno de 500 palmos quadrados, edificando em parte dele um túmulo para sua família”³. O Duque de Palmela convidaria o arquitecto cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti para projectar o seu jazigo. Cinatti elege dois modelos “antigos” um pórtico dórico inserido numa pirâmide, e cria uma composição autónoma, conseguida através de uma marcada delimitação do espaço. A escala e a implantação do jazigo Palmela tornaram-no irrepetível.

Ainda em relação aos jazigos nem sempre a actual construção corresponde à “original”. O modelo do jazigo que foi inicialmente construído era, normalmente, uma pequena construção (jazigo subterrâneo, jazigo agulha), depois substituída por uma construção de maior dimensão, mais próxima de um edifício (jazigo capela). Os jazigos de pequena

dimensão continuaram a adoptar o modelo clássico que encontramos na área inicial do cemitério, desenvolvendo apenas variantes. O modelo clássico mais repetido, em termos numéricos e temporais, é o jazigo agulha, composto por plinto de secção quadrada sobre o qual assenta um obelisco de igual secção, e no topo uma cruz ou um vaso. No que diz respeito ao jazigo capela, o modelo de gosto clássico é o mais adoptado. Modelo aliás muito próximo do concebido em 1829 pelo arquitecto Etienne-Hyppolyte Godde, autor do projecto do cemitério Père-Lachaise. Paralelamente à adopção de um modelo clássico desenvolveu-se também um modelo gótico, de que o jazigo capela n.º 1424, construído, em 1864, pelo canteiro Germano, é um dos exemplos. Arquétipo muito semelhante ao do jazigo concebido por Brongniart para o banqueiro Greffulhe, que viria a ser construí-

do em 1815 no Père-Lachaise e que seria largamente reproduzido.

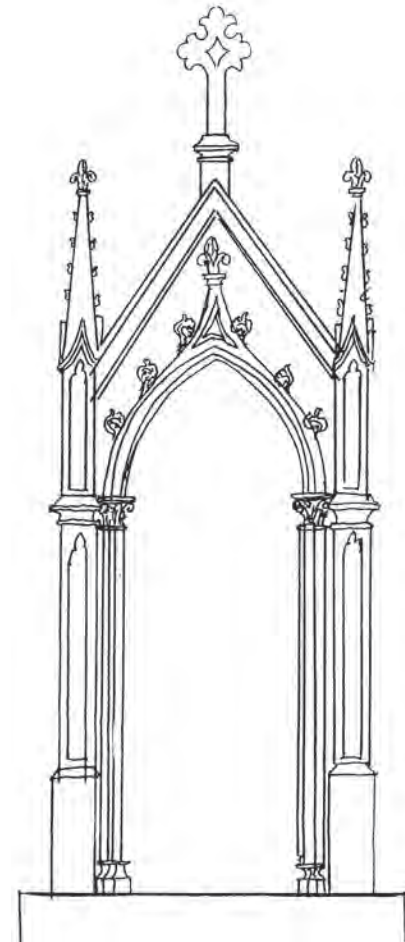
A oficina do canteiro António Moreira Rato seria a responsável pela construção, em 1866, do jazigo da família do Marquês de Castelo Melhor, que embora original no cemitério dos Prazeres, tem grandes semelhanças com a sepultura de família do Barão Demicoud erguido no cemitério Este de Paris, da autoria do arquitecto M. Pierre Clochard, e cujo projecto é reproduzido em *Monuments funéraires choisis dans les cimetières de Paris (...)*, da autoria de Normands Fils e publicado em 1832. A utilização destes guias por parte dos canteiros está comprovada pela existência na antiga oficina da firma Moreira Rato, da obra *Architecture Funéraire Contemporaine, Spécimens de Tombeaux (...)*, do arquitecto César-Denis Daly editada em 1871, na qual se conservava um vegetal que teria servido para copiar os contor-



Projecto apresentado à C.M.L. para o Jazigo Família Carvalho Monteiro, Luigi Manini, 1908

nos de um túmulo, construído no cemitério do norte de Paris, da autoria do arquitecto Simonnet. Uma outra construção funerária é exemplo de uma grande encomenda, assinada por um arquitecto, de procura da nova centralidade e de persistências revivalistas no séc. XX. Trata-se do jazigo encomendado em 1908 por António Augusto Carvalho Monteiro ao arquitecto cenógrafo italiano Luigi Manini, que traçara o seu palácio de Sintra. Localiza-se na esquina da rua principal com a “praça pública” do cemitério dos Prazeres, em redor da entrada da capela do cemitério, ou seja, uma zona onde a visibilidade do jazigo estava assegurada. Manini traçou um monumental jazigo onde as esculturas assumem particular relevo. A composição assemelha-o a um

catafalco-monumento mantendo a espectacularidade celebrativa, mas ganhando o carácter de permanência. O arquitecto encena a posse e a celebração através de uma composição que acumula múltiplas opções formais que persistem no séc. XX. Este jazigo permite identificar ainda mais a cidade dos mortos com a dos vivos, reproduzindo na primeira as atitudes e hierarquias da segunda, através da implantação de monumentais construções familiares como prolongamento da casa, e que levaria Michel Ragon a falar da “terceira residência familiar”⁴. Esse é também o modo de superar o carácter colectivo do espaço cemiterial, marcando não só a ideia de família, como também a individualidade da família, contando para isso com a individualidade do arquitecto, que



Desenho apresentado à C.M.L. para jazigo n.º 1424, Canteiro Germano, c. 1864

contribuirá decisivamente para que esse espaço ganhe uma teatralidade representativa do discurso social, tornando-se o cemitério numa cidade dentro da cidade.

NOTAS

- (1) *Gazeta Official do Governo*, n.º 35, Sábado 9 de Agosto, 1834, p. 141.
- (2) *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, doc. 13, 1838, p. 73.
- (3) *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1845, Outubro, p. 19. Tendo sido assinada a escritura de anexação em Março de 1847, in, *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1847, Março, p. 9.
- (4) Michel Ragon – *L'Espace de la mort, Essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraires*. Paris: Albin Michel, 1981, p.48.

PAULA ANDRÉ,
Departamento de Arquitectura e
Urbanismo – ISCTE
paula.andre@iscte.pt

A Requalificação do Museu de S. Roque

O Museu de S. Roque, em Lisboa, reabre as suas portas ao público a 19 de Dezembro, depois de mais de dois anos de encerramento para obras de remodelação e ampliação das suas instalações e de conservação do património edificado e móvel. A *Pedra & Cal* foi visitar o espaço e falar com os coordenadores deste projecto, nas vésperas de inaugurar.



Fotografia: Helena Martins

Claustro antes da intervenção



Fotografia: CTM

Claustro depois da intervenção

Em 2005, o Museu de S. Roque comemorou os seus 100 anos, celebrando um vasto património histórico e artístico reunido ao longo de 500 anos, que documenta a primitiva ermida de S. Roque (1527), a instalação no local da Casa Professa de S. Roque, sede da Companhia de Jesus em Portugal (1565-1759), e a ocupação do edifício pela Santa Casa da Misericórdia em 1768.

Raros são os casos em Portugal em que uma casa religiosa manteve intacto o seu acervo artístico – reunindo pintura, escultura, colecções de ourivesaria, de relicários, têxteis e paramentaria, arte oriental –, e sobretudo de uma qualidade tão singular que cedo suscitou o interesse da sua exposição pública.

Inaugurou, assim, a 11 de Janeiro de 1905, com a presença de D. Carlos e de D. Amélia, o primeiro núcleo museológico de S. Roque, onde se mostrava, sobretudo, o Tesouro da Capela de S. João Baptista. As peças expunham-se, ao tempo, em vitrines de gosto revivalista na antiga sala do Capítulo da Casa Professa e primeira Sala de Extracções da Lotaria. Cento e três anos depois, o Museu de S. Roque reabre com um novo projecto museológico e arquitectónico que o afirma, notória e decisivamente, como um dos referenciais do património nacional.

“REPENSAR O MUSEU”

O projecto de remodelação/ampliação do Museu de S. Roque nas-

ceu da vontade da Santa Casa da Misericórdia da Misericórdia de Lisboa em requalificar o seu património. Segundo Teresa Freitas Morna, conservadora de S. Roque, “o museu tinha muitas limitações, desde há muito sentidas, tendo a génese do projecto iniciado em 1995, quando ainda era conservador Nuno Vassalo e Silva”. Para além de limitações físicas evidentes, que obrigavam à conservação de grande parte do espólio nas reservas, o espaço era restritivo em relação à sua própria visibilidade e às condições de acolhimento do público.

O objectivo fundamental do projecto foi o de “proporcionar uma melhoria das condições da apresentação das colecções, garantir novas acessibili-



Fotografia: Museu de São Roque



Fotografia: Cintra & Castro Galdas, Lda

Frontal de altar da capela de São João Baptista antes e depois do restauro, ourives Antonio Arrighi segundo modelos dos escultores Agostino Corsini e Bernardino Ludovisi; Roma, 1744-1750. Prata branca, bronze dourado e lápis-lazúli, Museu de São Roque, Inv. MPr. 10

dades e criar novas infra-estruturas de apoio (área de acolhimento, loja e cafetaria)". A alavanca fundamental foi uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura (QCA III), que co-financiou a empreitada, bem como algumas componentes museológicas e de divulgação.

O novo Museu de S. Roque dispõe agora de novos espaços em redor do piso térreo do claustro. O claustro é, na verdade, o novo elemento central e dinamizador do percurso expositivo. Assim, a exposição permanente foi repensada em cinco núcleos temáticos [ver caixa], conforme explicou Teresa Morna "de acordo com uma lógica cronológica e uma articulação temática, procurando seguir o percurso das colecções e dar a conhecer a vivência história do espaço.

Carlos Pietra Torres, especializado na área da museografia (destacando-se o Museu da Música, em Lisboa), liderou a equipa, em colaboração com a conservadora Teresa Morna, do projecto de museografia. Segundo o próprio, "este é um espaço diferente, é um outro museu", onde a prioridade foi "dotá-lo de um novo discurso, de uma nova organização, por ter aumentado a área, o que permitiu expor maior número de peças".

Repensar o museu foi um processo complexo. Neste particular, Teresa Morna e Carlos Pietra destacaram

a importância de colocar o museu e a Igreja num mesmo entendimento museológico. Esta ligação foi sublinhada pela reabertura de vãos originais, entre os dois espaços, tornando clara a relação das peças com o espaço que serviam. Neste sentido, a encenação jesuíta do culto das relíquias tornou-se muito mais clara, com a exposição no museu de relicários, nomeadamente, da Capela do Santíssimo Sacramento da igreja. A esta capela regressaram as pinturas de Bento Coelho da Silveira, que se encontravam no museu e que, originalmente, serviam para cobrir as relíquias aí conservadas, até à altura da sua exibição em épocas do anos específicas.

A percepção da riqueza do lado jesuíta é, ainda, avivada pela exposição de peças de apoio à liturgia que se encontravam em reservas, nomeadamente, a ouriverasia portuguesa dos séculos XVII e XVIII e a colecção de frontais de altar. Peças que, até agora, só tinham tido visibilidade por ocasião de exposições temporárias.

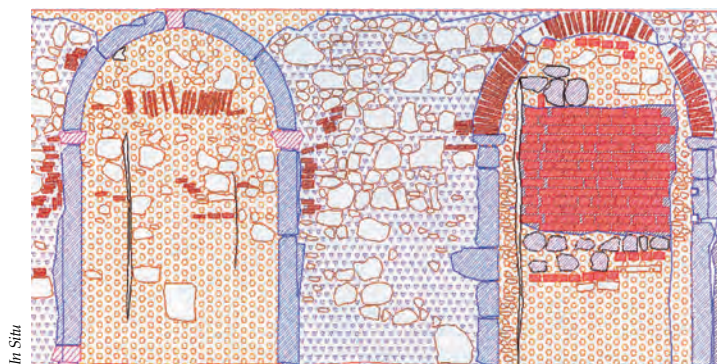
A conservadora referiu ainda alguns constrangimentos que se foram colocando: a escala de peças como a dos tocheiros da Capela de S. João Baptista ou as questões de arqueologia, de segurança e de conservação. Constrangimentos que suscitaram hesitações e uma reflexão aturada sobre as opções possíveis. Entre os

núcleos e peças do "novo" museu, destacou o do Tesouro da Capela de S. João Baptista; uma tapeçaria flamenga doada à Misericórdia; a colecção dos relicários; e a nova disposição dos conjuntos de pintura. Carlos Pietra considerou, pela sua parte, que "eleger um núcleo seria negar o discurso do museu", mas que, de facto, o referido Tesouro "constituiu um núcleo que se distingue pela elevada qualidade artística, plástica e técnica, superior a toda a restante colecção".

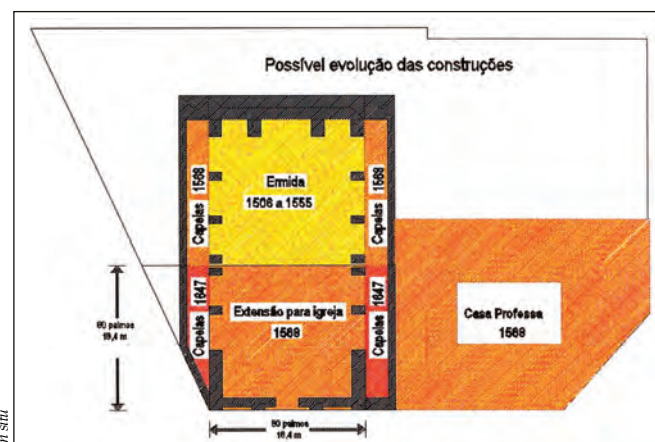
Para além do projecto museológico, houve um laborioso trabalho de conservação de praticamente todo o acervo. Nestes dois anos, beneficiaram-se cerca de três centenas de peças por equipas constituídas de acordo com cada especialidade. Teresa Morna destacou, neste âmbito, a intervenção nas peças de ourivesaria do Tesouro da Capela de S. João Baptista que tinham perdido a sua leitura original e relevou a surpresa da equipa ao constatar que não apresentavam quaisquer lacunas no douramento.

A INTERVENÇÃO NO EDIFICADO

Segundo Carlos Pietra, este projecto permitiu "dotar o edifício de um profundo reforço estrutural", de acordo com diagnósticos e projectos efectuados por engenheiros especializados. "O edifício estava fragilizado e houve que corrigir algumas



Cartografia executada numa das paredes do Claustro



Esquema planimétrico da possível cronologia construtiva da Igreja e Casa Professa de S. Roque

situações e demolir estruturas que se encontravam em elevado estado de degradação". A memória do edifício foi registada por um levantamento fotogramétrico que possibilitou uma análise global das estruturas, materiais, estado de conservação e

épocas de construção.

Carlos Pietra foi autor do projecto de arquitectura. Nesta obra participaram diversos especialistas e empresas, desde consultores, projectistas, empreiteiros de construção a firmas especializadas na conservação e res-

tauro do património arquitectónico.

"RESGATAR O CLAUSTRO"

Resgatado ao seu aspecto original quinhentista e recuperadas as cantarias, o claustro foi investido de novas funções e novo significado, tornado

Museu de S. Roque – Núcleos expositivos

1. Ermida manuelina de S. Roque: As quatro tábuas de Cristóvão de Utreque (c. 1520) são evocativas da antiga ermida para a qual foram pintadas. A ermida de S. Roque (1527) foi construída para albergar uma relíquia de São Roque que protegesse a cidade das pestes – mandada vir de Veneza por D. Manuel (1505). A invocação foi mantida na nova igreja pelos Jesuítas.

2. Companhia de Jesus: são documentados os cerca de dois séculos de permanência da Companhia em São Roque neste núcleo expositivo, que se organiza de acordo com uma lógica temática, encontrando-se subdividido em iconografia e devoções dos Jesuítas e rituais de culto litúrgico no período contra-reformista. Ourivesaria, têxteis, pintura e escultura testemunham a riqueza da Casa Professa, onde se destaca pela qualidade do conjunto, a colecção de relicários.

3. Arte Oriental: A missionação cristã foi uma actividade fundamental, desempenhada pelos Jesuítas, na expansão ultramarina, promovendo o contacto entre as culturas cristã e as orientais. O Museu apresenta um conjunto de objectos de arte sacra oriental, provenientes do Próximo Oriente, Índia, China e Japão. Marfim, madrepérola, seda, madeira lacada e tartaruga, são alguns dos materiais usados na execução das peças deste núcleo, que formalmente seguem os modelos ocidentais.

4. Capela de S. João Baptista: a extrema qualidade inventiva, o valor material e o rigor técnico patente nas peças do Tesouro da Capela de São João Baptista, encomendado em Roma por D. João V, justificaram um núcleo autónomo, único ao nível mundial. Estão representados os melhores ourives romanos do período (década de 1740), para além da riqueza da paramentaria romana, têxteis flamengos, rendas italianas e livros litúrgicos que completam o Tesouro.

5. Santa Casa da Misericórdia Lisboa: núcleo evocativo da instituição assistencial (sécs. XVI-XX) constituído por duas partes distintas – a primeira dedicada à iconografia e história da Misericórdia e a segunda a peças provenientes de aquisições, legados e doações. Destaque para o bastão do provedor da Santa Casa e a pintura de Garcia Fernandes (ambos do séc. XVI) e a tapeçaria flamenga de Jan Frans Cornelissen (1662-78).



Fotografia: CTM

Aspectos da montagem da exposição



Fotografia: CTM



Fotografia: CTM

o elemento central do museu. Carlos Pietra salientou toda a intervenção realizada neste espaço, que culminou no projecto de arquitectura paisagista, onde são citados de forma simbólica os locais do Oriente por onde os Jesuítas passaram, a partir da selecção da vegetação de espécies de bambus de diversas proveniências.

A Cruzeta, Ld.^a, associada do GECORPA, foi a empresa encarregue do trabalho de conservação e restauro das cantarias. Eduardo Moreso, responsável da firma, explicou à P&C os passos da intervenção. Depois dos trabalhos de construção civil, empreitada a cargo da Construtora San José, S.A., a Cruzeta procedeu à remoção cuidada dos materiais não idóneos das cantarias e à limpeza com biocidas para eliminação química da microflora, de forma a deixá-las no seu estado original, ou seja, à vista, e devidamente protegidas com soluções hidrófugas. Executou a integração das lacunas com recurso a uma armação interior em inox e/ou fibra de vidro fixa à pedra e, de seguida, ao enchimento gradual com uma argamassa à base de cal *lafarge* e inertes lavados (sílica), com granulometria intermédia e cor próxima da pedra. Foram respei-

tados os emolduramentos e as texturas, bujardando-se a massa quando necessário. Pontualmente, houve que consolidar a cantaria onde esta se encontrava fissurada, mas a aplicação de nova pedra restringiu-se o soco exterior e zonas pontuais no interior.

Tendo em consideração o antes e o depois, Eduardo Moreso referiu que só a intervenção das cantarias do claustro envolveu a aplicação de técnicas diversas de grande especialidade e concluiu referindo que “foi um trabalho de grande paciência e dedicação”.

PROJECTOS PARA O FUTURO: A CAPELA DE S. JOÃO BAPTISTA

O Museu de S. Roque conta ainda com uma galeria de exposições temporárias, que será objecto de um projecto de requalificação e que prevê uma programação de exposições temáticas relacionadas com as colecções ou com a envolvência e/ou história do espaço.

Teresa Morna revelou à P&C que está já a ser pensada uma exposição centrada na Capela de S. João Baptista, acompanhada de uma monografia actualizada sobre este espaço e tesouro, mostrando peças que contextualizem esta magnífica

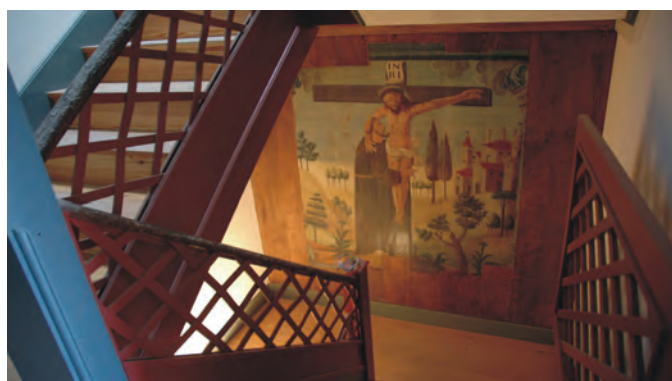
encomenda de D. João V.

Neste âmbito, S. Roque projecta, assim, uma intervenção de conservação da Capela de S. João Baptista, em colaboração com o Instituto Central para o Restauro de Roma, Itália. Esperam-se operações de conservação do pavimento, dos mosaicos laterais e de limpeza dos bronzes. Para já, está a ser diagnosticada e estudada a degradação dos pigmentos dos mosaicos laterais da capela pelo instituto italiano, com o qual o Museu se tem articulado. Poderá ser este um ponto de partida para uma parceria futura, que envolva os mosaicos, bronzes e madeiras. Por seu turno, a banqueta em bronze dourado e lápis-lazúli da Capela encontra-se, presentemente, a ser restaurada ao abrigo de um acordo com o Victoria & Albert, no âmbito da cedência de peças do Museu português para uma exposição em Londres. 

CÁTIA TELES E MARQUES,
Pedra & Cal



Loja da casa após intervenção



Caixa de escada após intervenção

INTRODUÇÃO

A intervenção na Casa José Régio constituiu um enorme desafio, sendo à partida uma proposta simples, a qual tinha por objecto restaurar o existente, revelou-se de grande complexidade, perante os factores em jogo: primeiro a responsabilidade de intervir numa casa-museu organizada e restaurada pela mão do próprio Poeta.

As obras foram iniciadas sob o olhar circunspecto do irmão e amigos do escritor, das quais destacamos o Cineasta Manuel de Oliveira e do Padre João Marques, amigos e companheiros da tertúlia que o escritor manteve durante largos anos.

Era grande o receio que as obras a realizar pudessem descaracterizar ou, ainda pior, desvirtuar a casa-museu, legado de José Régio à sua Vila do Conde “espraiada”. O péssimo estado de conservação do imóvel desaconselhava uma intervenção mais suave, sem recurso à substituição quase integral dos elementos construtivos que compunham o edifício.

Esta obra colocou-nos perante um tema muito recorrente na produção técnica de raiz europeia, muito cara, por exemplo a César Brandi, as questões ligadas à autenticidade. Será que a Casa José Régio, depois das obras realizadas, continuará a ser a mesma Casa José Régio? A Carta de Nara, que reporta genericamente as questões da autenticidade como um assunto eurocêntrico, introduz um novo conceito teórico marcado pela realidade oriental, onde grande parte do património arquitectónico histórico de carácter religioso ou doméstico é construído em madeira, sujeito, portanto, a grande desgaste e fraca durabilidade.

A noção de impermanência arquitec-

tónica é quase regulamentada nalguns templos japoneses, através da definição temporal do período em que os elementos construtivos em madeira devem ser substituídos, em ordem a fazer perdurar os edifícios ao longo dos séculos.

As obras da Casa Museu foram precedidas de um levantamento criterioso em termos de registo dos pormenores construtivos. Foi efectuado um registo fotográfico com centenas de fotografias de modo a reproduzir sem qualquer equívoco o edifício pré-existente, paralelamente realizou-se um registo vídeo, o qual veio a revelar-se de grande utilidade para dissipação de dúvidas surgidas no decorrer da obra.

Foi igualmente efectuado pelo construtor um catálogo de detalhes construtivos retirados em tamanho real, constituídos por peças em madeira com o registo, informando das espessuras, dimensões e características cromáticas dos elementos construtivos pré-existent.

As obras foram realizadas de forma parcelar, piso a piso, evitando-se uma demolição total que nos remeteria “a partir do zero espacial” podendo conduzir à destruição de informação construtiva sempre difícil e quase impossível de representar em termos de levantamentos desenhados.

As obras foram iniciadas pela cobertura procedendo-se à sua substituição, mantendo os pisos inferiores resguardados das chuvas e consequente infiltração de humidade nas paredes.

MEMÓRIA DESCRITIVA

A casa de José Régio é um edifício de habitação com três andares construído no século XIX. O rés-do-chão é composto por duas salas e o corredor, o acesso aos pisos superiores é realizado por

uma escada de madeira localizada no centro da casa. No primeiro andar localiza-se o escritório, biblioteca e o quarto de José Régio. No segundo andar localiza-se a sala de jantar e dois quartos.

A casa dispõe de um jardim romântico cuja construção data de 1913. O jardim compreende uma gruta artificial, um edifício anexo onde o escritor instalou a “Casa das Almas”, assim chamada por albergar uma grande colecção de caixas de esmolas designadas por “alminhas”. Situa-se ainda no jardim uma gruta artificial e um mirante.

Após a reforma do ensino do escritor, ocorrida cerca de 1960, a casa herdada da sua madrinha Libânia entra em obras que decorrem até ao seu falecimento em 1969.

As obras foram executadas em regime de administração directa, com operários escolhidos por José Régio, com quem mantinha uma relação quase familiar. Amigos do escritor relatam que os trabalhos eram precedidos de animadas discussões com os “artistas” (nome local atribuído a operários qualificados) acerca das soluções a praticar. As obras levadas a efeito sob a direcção de Régio centravam-se sobre o tema do restauro, tendo por objecto atribuir ao imóvel qualidades da arquitectura doméstica de meados do século XIX. Não sabemos qual a situação anterior aos trabalhos empreendidos, temos no entanto a noção que o edifício não teria sido objecto de transformação tipológica, mas antes de renovação de alguns elementos que reconhecemos transformados.

O edifício encontrava-se em condições de segurança precária, sobretudo a caixa de escada e alguns pavimentos encontravam-se atacados por xilófagos do tipo caruncho, que ao longo dos

Prémio GECORPA 2008

A segunda edição do Prémio GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico galardoou a obra de recuperação da Casa José Régio, em Vila do Conde, e atribuiu uma menção honrosa à obra de carpintaria, marcenaria e restauro do Laboratório Químico e Anfiteatro do Museu de Ciência, em Lisboa.

O Prémio destina-se a galardoar a intervenção no seu conjunto, incluindo o projecto e a própria obra, pondo em evidência o respeito pelos princípios internacionalmente aceites como correspondendo à boa prática da conservação e restauro do património arquitectónico, também defendidos pelo GECORPA. O júri, composto por cinco elementos representando o GECORPA, o ICOMOS-Portugal, a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Arquitectos e o IGESPAR (Instituto de

Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), analisou as dezanove obras candidatas ao Prémio e dividiu-as em dois grupos, um que inclui as intervenções no conjunto do imóvel e o outro que inclui as intervenções no património integrado (abrangendo apenas uma parte do imóvel). As intervenções no conjunto do imóvel são candidatas ao prémio e as intervenções no património integrado são candidatas à menção honrosa.

O júri reconheceu, na obra de recuperação da Casa José Régio, a ponderação prévia dos valores de testemunho histórico e vivencial, cuja manutenção constituía o principal desafio do projecto, e o domínio das técnicas próprias da arquitectura, da engenharia e das especialidades de conservação e restauro na produção da obra global, que permitiu manter, quer a estrutura

física desta casa urbana, quer e sobretudo, a sua atmosfera.

A cerimónia de entrega do Prémio realizou-se no dia 11 de Dezembro, no auditório da obra premiada, e o prémio foi atribuído à empresa A. Ludgero de Castro, Ld.^a (empreiteiro), à Câmara Municipal de Vila do Conde (promotor) e ao arq.^o Manuel Maia Gomes (autor do projecto). A menção honrosa foi atribuída à empresa MIU, Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a (empreiteiro), à Reitoria da Universidade de Lisboa e ao seu Museu de Ciência (promotor) e ao gabinete de arquitectura Arqui III (autor do projecto).

MIGUEL BRITO CORREIA,
Arquitecto

Obra premiada



Pormenor da loja após intervenção

A intervenção na Casa Museu José Régio

Para se avançar – não é preciso negar o caminho andado. É mesmo... não é preciso senão alargar e multiplicar o caminho andado. Ora se à nossa época mais do que a outra pertence a designação de modernista – é precisamente porque na nossa época isto se sabe, ou sente, ou pressente, com particular acuidade. Esqueçamos esse modernismo meramente actual, portanto efémero e quase só interessante aos olhos dos historiadores, segundo o qual ser modernista é substituir o realismo pelo ultra-realismo, o impressionismo pelo cubismo, etc., etc., isto é: umas imagens por outras imagens, uns assuntos por outros assuntos, um estilo por outro estilo, um gosto por outro gosto, umas leis por outras leis, uns modelos por outros modelos, umas limitações por outras limitações. Bem sei que estas substituições são inevitáveis: Toda a acção provoca uma reacção, todo o excesso outro excesso. E os génios que mais se libertam desta fatalidade (por hipótese, não invencível) são raros. E o génio imenso perfeitamente liberto dela – ainda não apareceu nem talvez apareça. Mas a verdade é que quem substitui, e enquanto substitui – nada ganha: Pois paga o que ganha com o que perde.

José Régio, n.º 23 da *Presença*, Dezembro de 1929



Remoção dos rebocos



Sala da casa após intervenção

anos comprometeram a resistência da madeira.

A casa estava regularmente aberta ao público, sendo frequentemente visitada por turmas de alunos das escolas secundárias as quais exerciam sobre a estrutura, enfraquecida, um peso considerável, pondo em risco a segurança das colecções expostas e dos próprios visitantes.

Perante esta situação e mediante uma análise feita dos elementos construtivos, desmontando parte dos soalhos e vigas de suporte da cobertura e pavimentos existentes construídos em pinho silvestre de fraca qualidade, decidimos proceder à substituição quase integral dos elementos pré-existent em madeira, por outros em madeira de castanho pré-imunizada com anti-xilófagos. Esta opção permitiu igualmente substituir a totalidade da instalação eléctrica, que “corria à vista” com inerente perigo de curto-circuito eléctrico e instalar ao nível das paredes do primeiro piso uma barreira anti-térmitas onde descobrimos existir uma colónia.

Posteriormente, desmontámos e fizemos amostras dos elementos decorativos existentes, salvaguardando a sua correcta reprodução.

Após o gradual desmonte dos elementos construtivos, pudemos identificar as obras realizadas por José Régio, (nem sempre correctas do ponto de vista tipológico), e constatar a introdução de paredes construídas em tijolo vazado assente sobre os pavimentos em madeira. Procedemos à substituição das argamassas de cal gorda dos tabiques em fasquio por argamassas de cimento e areia e outras transformações de menor relevo.

Depois da picagem dos rebocos da caixa de escada, descobrimos estar perante a

sua estrutura original construída com um reguado de madeira tosco preenchido com argamassa de terra argilosa e palha.

Uma vez que a madeira estava bastante deteriorada, as ripas foram quase todas substituídas mantendo-se algumas peças, agora tratadas com xilófagos. Pudemos assim manter as suaves assimetrias e empenos ocorridos ao longo dos anos em vez da geometria rigorosa decorrente das novas técnicas e ferramentas.

Para o revestimento dos pavimentos, usámos madeira de riga velha recuperada, em ordem a manter a patine do tempo.

A caracterização do edifício recuperado é acentuada pela reposição do corrimão antigo, reparado e tratado preventivamente.

Corrigimos todas as anomalias existentes em termos de materiais utilizando as argamassas tradicionais feitas com cal gorda, recorrendo ao uso de tintas de óleo que restituem o brilho e textura antiga, permitindo a respiração e troca de vapores entre os diferentes materiais.

A Casa Museu José Régio reúne e guarda grande parte do legado do poeta, escritor, ensaísta, artista plástico e coleccionador. As instalações da casa-museu, situam-se em edifícios intimamente ligados à sua memória. A casa-museu está instalada na casa da sua madrinha Libânia, tendo sido instalada e montada sob a sua orientação.

O Centro de Estudos Regionais, encontra-se agora em fase de instalação na casa que foi da sua empregada Benilde. Prevê-se que a casa onde nasceu, situada entre estes dois imóveis, seja futuramente integrada no Museu.

O Centro de Estudos, edifício de cons-

trução totalmente novo, integra um conjunto de serviços de apoio à casa-museu, a saber: salas de exposição, depósitos, salas de estudo e um auditório para 50 pessoas. Este imóvel construído sobre um edifício incaracterístico, datado do século XIX, integra uma linguagem contemporânea, desenhada a partir de referências analógicas com a vizinha casa onde nasceu José Régio. Nesta casa foi previsto um ascensor de apoio a portadores de mobilidade reduzida, que assim poderão aceder aos espaços museológicos principais. Respeitando aquilo que José Régio escreveu, não pretendemos substituir umas imagens pelas outras, obrigando-nos a um restauro criterioso de modo a, como referiu Cesar Brandi “voltar a dar eficiência a um produto da actividade humana”.



Fachada da Casa Museu José Régio após intervenção

MANUEL MAIA GOMES,
Arquitecto

Menção Honrosa

Reitoria da Universidade de Lisboa

Obra de carpintaria, marcenaria e restauro do Laboratório Químico e Anfiteatro do Museu da Ciência

No Museu da Ciência, antiga Faculdade de Ciências originalmente Colégio da Cotovia e posteriormente Colégio dos Nobres, a MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a, teve a seu cargo a "obra de carpintaria, marcenaria e restauro do Laboratório Químico e Anfiteatro do Museu da Ciência".

Os trabalhos consistiram no restauro de armários, bancadas e "hottes" do Laboratório de Química e dos bancos, tampos, secretária do Professor e banca da em ferradura do seu Anfiteatro.

Os armários e principalmente as bancadas do Laboratório apresentavam-se bastante degradados e com as estruturas danificadas. Na sua recuperação houve o cuidado de manter ao máximo toda a madeira existente e nos elementos em falta ou sem possibilidade de aproveitamento, foi aplicado o mesmo tipo de madeira em casquinha, utilizando os mesmos métodos tradicionais e artesanais de ligação entre peças.

Para fazer face às deformações das estruturas das bancadas, ao longo do tempo com consequências no empeno e desgaste de portas e gavetas, foi necessário proceder ao descaixe destes elementos e remontá-los, com as afinações e os encaixes necessários ao seu bom funcionamento.

As diferentes peças de mobiliário apresentavam diversas camadas de tintas de esmalte e em algumas zonas verificava-se a sua inexistência. No intuito de manter a pintura original, procedeu-se ao preenchimento das lacunas com betumes à base de litopone, cré e óleo de linhaça, tendo o cuidado de manter o aspecto "antigo".

Nas "hottes" recolocaram-se os azulejos soltos e, numa delas, procedeu-se à decapagem e afinação da frente do forno de modo a que as janelas funcionassem, tendo-se descoberto no seu interior algumas peças de cerâmica e de vidro de antigos trabalhos. Este elemento tornou-se numa peça importante do laboratório.

Para acabamento final das bancadas e armários, foram executados "veitados", dando um aspecto de madeira "à vista", com as técnicas apropriadas a fim de obter um acabamento em consonância



Bancada de trabalho antes da intervenção



Uma bancada em fase de restauro



Bancada de trabalho após intervenção



Peças únicas e originais da bancada em ferradura do Anfiteatro utilizadas no restauro



Vista parcial do anfiteatro da zona da bancada em ferradura e secretária do Professor após intervenção

com a sua época de construção. Para tal, procedeu-se à divisão das superfícies de madeira de modo a respeitar o processo de construção original dos móveis, bancadas, armários, quadros e prateleiras. De seguida, aplicou-se uma base de velatura aquosa acetinada semitransparente, sugerindo já o corte e sentido do veio da madeira e aproximando a policromia original. Sobre esta base, criaram-se os efeitos de "veitados" utilizando várias técnicas e utensílios apropriados, atingindo-se assim uma integração cromática rica e natural misturando diversas qualidades da velatura e pigmentos. Por fim, aplicou-se cera neutra como protecção final.

A "hotte" da galeria apresentava na sua envolvente uma faixa em "escaiola" com grandes zonas em falta e com aberturas preenchidas com gesso. Na sua recuperação, utilizaram-se massas tradicionais aditivadas com pigmentos e repintes dos veios de mármore seguindo os originais.

A bancada em ferradura foi objecto de uma grande intervenção, uma vez que apenas existiam algumas peças em madeira totalmente soltas. Foi através de estudo fotográfico e das peças existentes que se conseguiu refazer a bancada.

Depois da identificação, limpeza e colagem de algumas das peças existentes, iniciou-se o processo de construção da bancada para integração destes elementos originais na nova bancada. Com madeira da época da sua execução e da mesma espécie, houve o cuidado em refazer todos os pormenores (moldados, bites, almofadas, cimalha, etc.), que tanto as peças existentes como as fotografias e gravuras antigas mostravam.

Relativamente ao tampo da bancada, que era em pedra de lava esmaltada, só "sobreviveu" um elemento onde está integrado o lavatório circular. Os restantes cinco troços foram executados em vidro lacado a branco, que nos dá uma leitura contínua da bancada mas que também evidencia o elemento original.

CARLOS SÁ NOGUEIRA,
Director de Obra,
MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a

Património Funerário no Cemitério dos Prazeres em Lisboa

A morte é a única inevitabilidade da vida. Os cemitérios são o repositório da nossa história e cultura, perpetuando a memória do que fomos. Desde sempre os humanos homenageiam os seus mortos, e desde sempre estas homenagens ocorreram de maneiras diferentes, demonstrando o que em cada cultura existe de mais profundo.

O carácter próprio do Cemitério dos Prazeres foi-lhe dado pela sua implantação geográfica, já que, servindo os moradores falecidos nos bairros mais ricos da cidade de Lisboa, fez com que aí se comesçassem a construir os jazigos das famílias mais importantes da cidade. É por isso que aqui estão sepultadas muitas das personagens relevantes da nossa história recente e foram construídos alguns dos mais belos exemplares da arquitectura funerária portuguesa, permitindo um reencontro com a história da sociedade portuguesa nos últimos dois séculos.

NÚCLEO MUSEOLÓGICO

O Centro de Interpretação dos Cemitérios de Lisboa, instalado na Capela do Cemitério dos Prazeres, surge com o objectivo de concentrar a informação dispersa nos Cemitérios e apresentar ao público um vasto espólio de objectos abandonados nas capelas e jazigos prescritos.

Neste espaço museológico, que procura envolver o visitante com jogos de luz, sombra, cor e som, estão expostas todas as espécies de objectos, estatuetas, crucifixos, com que os vivos tentaram perpetuar a memória dos seus entes queridos.

A exposição agora presente é organizada em quatro temas intimamente relacionados com o culto funerário: a fé, a luz, as flores e a ostentação.

Simultaneamente é possível observar a própria capela e o local onde

funcionou a primeira sala de autópsias em Portugal, onde trabalharam pessoas como os médicos Curry Cabral ou Sousa Martins.

PERCURSOS TEMÁTICOS

Complementarmente e atenta à diversidade, importância e qualidade de muitos dos mais de sete mil jazigos existentes no Cemitério dos Prazeres, a Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa procedeu à classificação dos jazigos mais relevantes em nove temáticas de que resultaram outros tantos percursos.

Estes percursos – classificados por **Arquitectura Funerária, Escultura, Simbologia Profissional, Heráldica, Morte e Imortalidade, Grandes Homens, Maçonaria e História do Cemitério** – permitem, com o auxílio de um folheto explicativo disponibilizado gratuitamente, uma visita orientada e mais específica.

Todas as visitas são livres durante o horário de funcionamento do Cemitério, sendo possível efectuar, através de marcação, uma visita acompanhada por um técnico, que, em função do tempo disponível dos visitantes, melhor os orientará pelos



Urna funerária da autoria de Teixeira Lopes. Interior do Mausoléu dos Duques de Palmela, Cemitério dos Prazeres

jazigos/monumentos mais relevantes.

Através destes percursos é possível percorrer a história recente da cidade de Lisboa, visitando os monumentos evocativos da memória dos Grandes Homens que têm o Cemitério dos Prazeres como sua morada, ou visitar as inúmeras esculturas que constituem centenas de jazigos.

JAZIGO DA FAMÍLIA DO DUQUE DE PALMELA

Entre os diversos jazigos classificados, um se destaca pela sua dimensão e qualidade: o Mausoléu do Duque de Palmela.

O jazigo da família do Duque de Palmela, construído em 1849, influenciado pelas pirâmides egípcias e localizado no Cemitério dos Prazeres, é o maior monumento funerário privado da Europa, encontrando-se na posse da Câmara desde 1997, por doação do 4.º Conde da Póvoa, Eng.º Manuel de Sousa e Holstein Beck.

A dimensão do Mausoléu, desenhado para colocar no seu interior exactamente cem urnas, pode ser compreendida pela importância do Duque de Palmela, que foi diversas vezes 1.º ministro, e pela vontade de reunir num só espaço a sua numerosa família.

A sua dimensão e imponência, as claras influências maçónicas e obras de arte de qualidade ímpar como o cenotáfio de António Canova, as esculturas de Calmels ou a arca tumular dos irmãos Teixeira Lopes justificam uma visita guiada, possível através de marcação prévia.

Inicialmente construído fora do Cemitério, no momento em que a transição dos enterramentos no interior das igrejas (*ad sanctos*) para espaços administrados pelas Câmaras Municipais era um ponto fulcral das reivindicações liberais, apostadas na secularização das estruturas do Estado, apenas mais tarde veio por



Jazigo 6301, integrado no percurso de Arquitectura Funerária. Cemitério dos Prazeres

si a ser integrado no espaço cimiterial, embora mantendo as suas características particulares.

O Mausoléu dos Duques de Palmela procura recriar a simbologia típica do Antigo Regime, sendo constituído por uma capela que se abre para um espaço ajardinado privativo, sendo concebido para receber no interior da cripta os membros



Jazigo do historiador Sousa Viterbo, Cemitério dos Prazeres

da família e no jardim exterior um conjunto de servos e criados distinguidos por esta importante casa senhorial.

O mausoléu é da autoria do arquitecto Giuseppe Cinatti, conjugando de forma particular a simbologia maçónica e a simbologia cristã. São disso exemplo as características cristãs evocadas na capela interior e nos corredores da cripta, evocando as catacumbas romanas, em contraposição com a orientação e disposição interior do Mausoléu, o número de degraus e o enxadrezado do pavimento do jardim, relacionadas com a maçonaria.

Sendo Giuseppe Cinatti um destacado maçom, como autor terá condicionado o projecto e impondo a simbologia aí presente, conjugando-a com as inspirações cristãs e de influência egípcia que fariam parte do imaginário de Pedro de Sousa Holstein, 1.º Duque de Palmela.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Um dos principais problemas com que o Cemitério dos Prazeres se debate actualmente enquanto património funerário é o estado de conservação dos jazigos, em que um elevado número se encontra abandonado ou prescrito, resultado do menor culto dos falecidos por parte dos concessionários, pelo seu próprio falecimento ou por desinteresse. Apesar da referência especial ao Cemitério dos Prazeres, mais estudado enquanto património funerário, semelhante abordagem pode ser efectuada relativamente ao Cemitério do Alto de S. João, estando em elaboração a realização de uma classificação semelhante para este Cemitério.

CARLOS MIGUEL CASIMIRO,
Técnico superior de Arquitectura
Divisão de Gestão Cemiterial (DGC) da
Câmara Municipal de Lisboa

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS



A par de um curriculum significativo em obras, algumas de grande complexidade, da área hospitalar, a empresa orgulha-se de uma intervenção crescente em recuperação e reabilitação de património com um cunho de rigor, qualidade e profissionalismo.

A Empresa **LNRibeiro Construções Lda**, fundada em 1989, tem desenvolvido a sua actividade de construção civil e obras públicas preferencialmente na área da reabilitação, remodelação.



Os nossos operários, técnicos e responsáveis fazem reabilitação por opção e gosto.

A reabilitação exige particular sensibilidade, total disponibilidade na procura das melhores soluções para cada caso e um grande respeito pelo património arquitectónico.

RUA PAULO RENATO, 3 R/C, C-D 2799-561 LINDA A VELHA
TEL: 214153520, FAX:214153528, E-MAIL:LNRIBEIRO@LNRIBEIRO.PT

Relicários

Túmulos de prata

Em Portugal e no império colonial, ocorreu ao longo do século XVII uma produção artística particular, – mesmo que não completamente original: a realização de grandes sepulcros em prata para conservar e, simultaneamente, expor corpos de Santos.

A sua origem reside nos grandes relicários tumulares da época medieval, completamente revestidos de folhas de prata lavrada, por vezes ainda enriquecida com aplicação de esmaltes e pedras preciosas. Com a Reforma Católica, e consequente reforço do culto das relíquias, exigindo-se a contemplação pública dos seus vestígios, promovendo deste modo a experiência visual para o alcance da realidade espiritual, estes sarcófagos / relicários passaram a possuir grandes vidraças, como que abrindo aos olhos dos fiéis o mistério sempre tão ciosamente resguardado, nos séculos anteriores.

Num breve percurso, gostaríamos de referir alguns casos paradigmáticos desta produção, iniciando em Coimbra, e terminando pouco mais a norte, no Lorvão, sem deixar de passar por Goa e por Lisboa. Detenhamo-nos em obras que, milagrosamente, ainda existem e outras que apenas os registos documentais nos permitem o seu conhecimento. Todos estes relicários-tumulares se associam por protegerem santos de culto nacional e, na quase totalidade dos casos, a sua execução coincidir com as celebrações das suas beatificações ou canonizações, momentos de verdadeira promoção do hagiográfico lusitano.

Associar os relicários e o culto das relíquias à arte funerária é, todavia, muito simplificador, se tivermos em conta a importância simbólica e cultural das relíquias, e o facto de, na época barroca, constituírem um universo muito mais alargado do que os fragmentos materiais de Santos e Santas, Mártires ou beatos, abrangendo igualmente os objectos relacionados com Cristo e a Virgem, dos cravos da Crucificação, às tábuas da



Sepulcro de São Francisco Xavier, prata, 1635-1698, Basilica do Bom Jesus, Velha Goa

manjedoura, ou mesmo à toalha da última Ceia, como se conservava em S. Roque, em Lisboa, no século XVII, um venerável fragmento.

Uma das primeiras manifestações das instruções pós-Tridentinas, em Portugal, terá ocorrido nas celebrações da canonização da Rainha Santa Isabel, em 1625. Aí, pela primeira vez terá sido exposto publicamente o novo túmulo em prata, descrito na época como “famoso Mausoléu, dos notáveis do mundo.”

A sua execução deveu-se à oficina dos ourives de Lisboa, Domingos Vieira e Miguel Vieira, que no primeiro dia de Fevereiro de 1614 assinaram um contrato para executarem a encomenda do Bispo-Conde de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco. O prelado, dois anos antes, havia ficado impressionado com o estado de conservação do corpo da Rainha, quando para o processo de

canonização, foi aberto o seu túmulo na Igreja de Santa Clara, pelo que resolvera ordenar a execução de novo sepulcro.

Este sarcófago, que protege o túmulo da Rainha Santa no altar-mor de Santa Clara-a-Nova, com planta rectangular possui quatro pares de colunas coríntias, sob uma saliente platibanda coroada por pequenas urnas. O tampo superior é formado por uma estrutura em forma de telhado de quatro águas, com óculos circulares em cristal. Tem de comprimento 2,32m, o que, por si só, atesta a sua grandiosidade. Em grande escala segue o modelo de outras peças anteriores, nomeadamente o cofre para o Santíssimo Sacramento proveniente do Convento de Tomar, da Ordem de Cristo, com os seus pares de colunas e destacada platibanda, doado por D. Sebastião, e hoje no Museu Nacional de Arte Antiga. Por outro lado, marcaria a produção do seu tempo como patenteia o relicário proveniente de um colégio da Companhia de Jesus em Coimbra, com a sua feição arquitectónica, com salientes colunas compósitas, e vidraça na frente, para revelar as relíquias.

Desconhecendo-se, infelizmente, os seus lavrantes, o túmulo em prata de S. Francisco Xavier, no Bom Jesus de Goa, é sem dúvida o mais célebre realizado no século XVII português. O seu historial, onde não falta muitas vezes a fantasia, é realmente bastante simples, acompanhando a evolução do culto do santo jesuíta. Um primeiro sepulcro em prata com “figuras, milagres e passos da Vida do Santo” existia já em 1624, dois anos após a dupla canonização de Santo Inácio e S. Francisco Xavier. Pouco mais tarde, em 1636 e 1637, o túmulo é novamente enriquecido graças à doa-

Fotografia: Carlos Azevedo



Projecto de Relicário de uma mártir, século XVIII (2.ª metade), Itália ou Portugal, colecção particular

ção de 3 000 escudos, de D. António Teles da Silva. O sepulcro actual deve-se aos novos acrescentos e alterações levadas a cabo nos anos de 1652 e 1653. Apenas em 1698 foi elevado no pedestal de mármore, fruto da doação do grão-duque Cosme de Medici e onde o podemos admirar em Velha-Goa.

A sua monumentalidade é reforçada pelo seu desenho arquitectónico, com colunas suportadas por mísulas, rematado superiormente por uma saliente cornija, com uma grandiosa cruz com o nó em cartela, com o símbolo na Companhia de Jesus rematando toda a obra. O túmulo apresenta, nas faces, trinta e dois painéis em prata relevada, removíveis para permitir contemplar o corpo do Santo. Descrevem episódios da vida de Francisco Xavier, na sua quase totalidade, seguindo as gravuras de Valerien Regnard, editadas em Roma, em 1622. Significativamente este túmulo, de linguagem tardo-clássica e elementos barrocos, denunciando a sua natureza compósita, serviu de modelo a uma obra de menores dimensões – o cofre-relicário de S. Francisco Xavier, enviado de Goa para Lisboa, em 1690, pertencente, no passado, à Casa dos Condes de Nova Goa, onde encontramos idêntico sistema de painéis de prata vazada, que, removidos, permitem exibir as relíquias.

É de Goa que nos chega a notí-

cia de um único caso conhecido de um túmulo executado em prata, fora do âmbito religioso. D. Francisco da Gama, no seu segundo vice-reinado do Estado da Índia, em cerca de 1628, possuiria um “caixão em prata”, que mandara lavrar ao ourives Jerónimo da Costa, para os ossos de seu tio, D. Cristóvão da Gama, filho do almirante da Índia.

No seguimento da tradição narrativa do túmulo de Goa, na Sé de Lisboa expunha-se até ao terramoto de 1755, um grandioso relicário em prata onde se guardavam os ossos de S. Vicente. Fora executado no século XVII, certamente já nos finais, pelo ourives Tomás Correia, para o seu principal patrono o arcebispo D. João de Sousa. Ao inverso do ourives, de que sobreviveram diversas obras (Museu de Lamego e Museu Espírito Santo Silva, em Lisboa), pouco sabemos sobre este relicário. Segundo uma memória de 1758, “era um soberbo cofre de prata” adornado com “admiráveis figuras da autoria do célebre Scala”(?) o que sugere que deveria ter nas chapas em prata alguns episódios da vida do Santo.

As duas grandes urnas de prata do Mosteiro do Lorvão, encerram os restos mortais das beatas rainha D. Teresa e da infanta D. Sancha, concluem o nosso roteiro. Foram executadas, em 1715, pelo ourives do Porto Manuel Carneiro da Silva. Embora o culto à rainha e à infanta decorra desde o século XVI, muito provavelmente é bem antigo, porventura de pouco depois da morte de ambas, na primeira metade do século XIII.


Embora o processo de beatificação tenha sido iniciado em 1634, só em 1705 foram declaradas “bem-aventuradas” por Bula de Clemente XI. Pouco depois datará a encomenda dos túmulos. A sua forma segue o modelo das arcas funerárias da época, sobretudo as de grande apa-



Fotografia: Confraria da Rainha Santa Isabel

Túmulo da Rainha Santa Isabel, 1614-1625, Coimbra, Santa Clara-a-Nova

rato, executadas em pedra, com bojo e saliente tampo. Neste caso, toda a superfície é ornamentada em chapas de prata recortada, relevada e cinzelada em motivos vegetalistas, sendo pregados sobre veludo vermelho tal como observamos em diversos elementos do túmulo de S. Francisco Xavier, no Bom Jesus. São ainda enriquecidas com vidros coloridos, dentro da expressão do barroco nacional.

Nos túmulos-relicário do Lorvão encontramos uma concepção que regressa aos padrões do mistério, isolando os fiéis da contemplação catequista dos restos mortais dos Santos, como defendido por Trento. Os seus olhos fixavam-se agora no esplendor do trabalho dos ourives, nas superfícies cinzeladas no metal precioso. Encerrando os túmulos, encerrava-se uma etapa da história do culto das relíquias em Portugal. 

BIBLIOGRAFIA

- António Nogueira Gonçalves – *Estudos de Ourivesaria*. Porto: Paisagem, 1984.
Esplendor e Devoção: os relicários de S. Roque. Lisboa: Museu de S. Roque, 1998.
 Vitor Serrão – “Documentos dos Protocolos Notariais”. In *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 1983.
 Nuno Vassallo e Silva – *A ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII*. Lisboa: 2008.

NUNO VASSALLO E SILVA,
Museu Calouste Gulbenkian

Mausoléu dos Beneméritos da S. C. Misericórdia de Lisboa Alto de São João

O restauro estrutural e conservação geral do monumento

INTRODUÇÃO

O património fúnebre em Portugal é diversificado, no género, na dimensão e no valor artístico-construtivo intrínseco.

O Mausoléu dos Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa situa-se no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, marcando a memória visual de quem lá entra pela sua entrada principal (fig. 1).

O Mausoléu é património sob tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e foi alvo de uma intervenção de conservação e restauro de elementos pétreos exteriores e interiores, recuperação funcional e impermeabilização de pequenos terraços exteriores, limpeza de vitrais, recuperação de serralharias e de cripta subterrânea.

Os trabalhos realizados pela Monumenta, Ld.^a enquadraram-se, essencialmente, no âmbito da conservação e restauro, incidindo especialmente sobre elementos de cantaria. Incluiu também uma forte componente de restauro estrutural, face aos níveis de adulteração detectados em elementos esbeltos – colunelos de suporte dos coruchéus – de pequena secção, vulnerabilizados pela incorporação de elementos metálicos no seu interior. A intervenção global contou com a colaboração de Cruzeta, Ld.^a.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ELEMENTOS PÉTREOS

A intervenção revelou-se especialmente relevante do ponto de vista da conservação e restauro de cantarias. O Mausoléu apresentava cenários patológicos importantes, patentes na degradação desses elementos. Numa primeira fase, foram identifi-

cados os cenários patológicos, a sua localização, extensão e formas possíveis e pouco intrusivas de resolução. Destacavam-se as seguintes evidências de degradação:

- Manchas negras – incrustações, com especial concentração em saliências (fig. 2);



1 - Vista geral do Mausoléu dos Beneméritos

- Meteorização superficial das superfícies pétreas (com elevada extensão em alguns elementos sem função estrutural de suporte);
- Fracturas e delaminação generalizadas em colunelos de suporte dos coruchéus, causada pela oxidação de pernos metálicos interiores (fig. 3);
- Lacunas no material pétreo e em juntas de ligação em argamassa tradicional;

- Ligações estruturais débeis nos apoios a ornamentos (fig. 4);
- Infestação biológica;
- Obstrução de canais de escoamento de águas pluviais.

METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Para a realização dos trabalhos de conservação exterior foi elevada uma estrutura de andaime exterior, com rede de protecção branca, envolvendo todas as superfícies a tratar. Os trabalhos de limpeza e tratamento preventivo e de conservação geral de cantarias (revestimentos e estruturas) foi executado nas seguintes componentes principais de intervenção:

1. Limpeza a seco e remoção de detritos

Procedeu-se à limpeza a seco da superfície da pedra com o emprego de escovas de *nylon*; removeram-se os detritos que se encontravam acumulados em terraços, interior dos coruchéus e em caleiras.

2. Recolha de fragmentos

Tendo-se verificado a existência de diversos fragmentos que se achavam soltos e dispersos, procedeu-se à sua recolha e identificação para posterior fixação.

3. Limpeza por via húmida

A limpeza por via húmida efectuou-se com recurso ao emprego de água nebulizada a baixa pressão. Procedeu-se à escovagem da superfície do calcário com emprego de escovas de *nylon*. Durante esta intervenção usou-se como auxiliar químico um detergente de pH neutro.

4. Emprego de biocida

Com a finalidade de se proceder ao tratamento de desinfestação de líquenes e fungos, empregou-se o agente

químico biocida. Após a sua aplicação seguiu-se um período de actuação de duas semanas; findo este período, efectuou-se a limpeza da pedra por via húmida. O procedimento de aplicação do biocida e sua posterior remoção por via húmida repetiu-se duas vezes, tendo-se efectuado uma terceira aplicação (final) com um carácter residual.

5. Remoção de crostas negras

Para a remoção de crostas negras empregou-se um micro jacto a pressão controlada de areia de sílica, tendo-se humedecido previamente a superfície, com aplicação localizada e previamente seleccionada.

6. Abertura das juntas

Procedeu-se à remoção de argamassas fissuradas (original de cimento Portland patinado à superfície), empregando-se ferramenta de utilização manual como escopros finos e maceta.

7. Preenchimentos de espaços das juntas

Para o preenchimento dos espaços das juntas, formulou-se um traço de argamassa com areias de granulometria seleccionada e ligante do tipo "Rurewall B", cal hidráulica natural reforçada com microfibras. Para o efeito de integração cromática, adicionou-se pigmento natural.

8. Estucagem das estruturas fracturadas

Para a selagem de fracturas procedeu-se previamente à estucagem dos espaços das fracturas. Para o efeito, empregou-se uma argamassa de estucagem; espaçadamente, inseriram-se pequenas porções de tubos de borracha para possibilitar a posterior injeção de resina epoxídica a dois componentes (resina+endurecedor).

9. Selagem das fracturas

Para a selagem das fracturas efectuou-se a injeção de resina epoxídica a dois componentes de baixa viscosidade – tipo "Stapox AS". A resina epoxídica foi injectada de forma manual com emprego de uma seringa epidérmica.



2 - Pormenor da fachada lateral e vitral, antes da intervenção



3 - Fractura e delaminação em colunelo do coruchéu, provocada por oxidação de varão metálico interior



4 - Colagem estrutural de elementos salientes com argamassa de base epoxídica

10. Consolidação da Pedra Calcária

Para a consolidação da superfície da pedra calcária empregou-se o consolidante de superfície à base de silicato de etilo. A sua aplicação foi efectuada com uma trincha, tendo o cuidado de saturar a superfície do calcário. Esta intervenção foi realizada em vastas áreas de superfície, nomeadamente nos elementos arquitectónicos do topo do mausoléu e na grelha da escadaria. Pontualmente, nas áreas da superfície que se encontravam mais alteradas, efectuaram-se duas aplicações de consolidante.

11. Colagem de pequenos fragmentos

Para a fixação de pequenos fragmentos que se encontravam soltos, empregou-se uma resina epoxídica – "Stapox AS" de baixa viscosidade tendo-se adicionado previamente gel de sílica.

12. Desmontagem e remontagem de dois coruchéus

Com a finalidade de se proceder à substituição de elementos metálicos oxidados (que estavam a provocar a degradação estrutural, evidenciada pela delaminação progressiva da pedra) efectuou-se a desmontagem e remontagem de dois coruchéus. Após a desmontagem, removeram-se os elementos em ferro, assim como as argamassas de cimento Portland e procedeu-se à colagem de partes que se encontravam fragmentadas. Como materiais de substituição foram incorporados pernos roscaados de aço inoxidável e argamassas de areia e cal hidráulica natural.

13. Tratamento de hidrofugação da superfície do calcário

Como tratamento de conservação preventiva, efectuou-se a hidrofugação da superfície do calcário com a aplicação de um hidrorrepelente de superfície "Aguasil".

LUÍS PEDRO MATEUS,
Eng.º Civil, Mestre em Construção,
Monumenta, Ld.ª

O Património Funerário dos nossos dias...

Tal como a sociedade evolui, as técnicas construtivas, os conceitos e as práticas também vão evoluindo fazendo face às exigências e expectativas do indivíduo, respeitando as suas crenças e os seus valores.



Entrada principal do complexo funerário

Ao longo dos tempos, temos sentido a evolução do património funerário conforme a exigência da sociedade. Na preservação e respeito pelo culto, os cemitérios tornam-se versáteis acolhendo e integrando as diferentes crenças, credos e religiões. Actualmente e na maioria das vezes, os cemitérios encontram-se lotados, não satisfazendo as exigências da população em que estão inseridos. Urge a necessidade de efectuar melhorias e ampliar as condições dos espaços cemiteriais para este culto, por forma a ajudar a minorar a dor que uma morte provoca. Gradualmente vai-se reabilitando, reestruturando e procurando man-

ter a essência destes espaços de culto especiais por forma a melhorar as condições de utilização, sem esquecer ou dando mesmo primazia a características intrínsecas culturais e tradicionais das populações alvo. A Somafre Construções, S. A. e a Servilusa – Agências Funerárias, S. A., em consórcio, ergueram um projecto que veio colmatar as necessidades dos habitantes da Figueira da Foz: a construção do complexo funerário, localizado no Cemitério Oriental da referida cidade. Este cemitério encontrava-se quase na sua capacidade máxima de lotação, prevendo-se que num prazo de cinco anos se viria a esgotar.

Este projecto foi desenvolvido com a intenção de melhorar o espaço e dotá-lo das novas técnicas funerárias que se têm vindo a instaurar na nossa sociedade.

Projectou-se, então, um alargamento do espaço com a criação de diversos edifícios, onde se preparam mais cinco talhões de sepulturas enterradas, 256 sepulturas de decomposição aeróbia bem como a inserção de um forno crematório e um forno pirolítico.

Beneficiando de uma arquitectura moderna, ergueu-se uma estrutura de betão armado aparente e organizacionalmente enquadrada no espaço de utilização, com que a população local estava familiarizada, mantendo-se por isso os caminhos de circulação existentes.

A estrutura de betão é constituída por um piso semi-enterrado devido às características geológicas do terreno, lajes maciças vigadas, com os pilares distribuídos em malha ortogonal. A norte, eleva-se uma parede de contenção em betão armado de forma a sustentar o volume de terras existente.

Os acessos à cobertura ajardinada foram efectuados através de escadas e rampas em betão armado, bem como as fachadas, garantindo uma acessibilidade homogénea entre as escadas, as rampas e a cobertura onde está situado o “Jardim da Memória”.

Globalmente, o consórcio estudou e desenvolveu todas as soluções arquitectónicas, estruturais e técnicas pri-

Estudo de reabilitação estrutural da Capela de Santa Catarina em Frielas

O presente artigo refere-se à inspecção que a Oz, Ld.^a levou a cabo na Capela de Santa Catarina em Frielas, localizada próximo do cemitério de Frielas, que incluiu um levantamento fotográfico com mapeamento das principais anomalias, um levantamento altimétrico com nível óptico, a medição dos desaprumos nos cunhais e a instalação de dois fisurómetros para registo futuro da abertura das fendas enquanto não se definirem e implementarem as medidas correctivas necessárias.

A Capela de Santa Catarina apresenta planta quadrada, com paredes de alvenaria de pedra sobre as quais descarrega uma cúpula de alvenaria de tijolo. Registou diversas anomalias, essencialmente relacionadas com falta de manutenção e conservação, sendo no entanto de salientar uma fenda, de origem estrutural, que atravessa as paredes resistentes e a cúpula.

As fundações são de alvenaria de pedra, apresentando-se as paredes e cúpula rebocadas no interior e exterior. Os cunhais são em cantaria. A origem da construção será anterior a 1313, tendo sido objecto de reconstrução no século XVII.

De acordo com os levantamentos realizados, verificou-se que a capela se encontra implantada numa zona em talude, registando-se descalce das fundações na zona Sul, mais baixa, e desaprumos das paredes na direcção da pendente do talude.

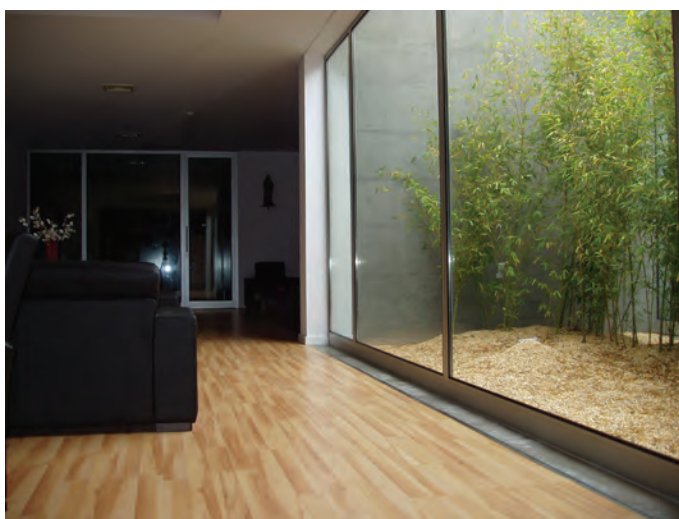
As causas da fenda, que se desenvolve perpendicularmente à direcção da pendente do talude, podem ter tido origem numa acção sísmica, contudo, não são de excluir causas relacionadas com assentamentos diferenciais das fundações, dado que a alvenaria destas se apresenta

desconsolidada com juntas desguarnecidas.

Desde modo, propôs-se, ao nível de reforço, a introdução de tirantes no coroamento das paredes, para travar a abertura da fenda e melhorar o comportamento da construção e ainda a injeção da fenda com caldas



Capela de Santa Catarina em Frielas. Foto antiga dos arquivos da ex-DGEMN



Interior da sala de velação



Vista aérea da área de intervenção


mando pela qualidade, segurança, conforto, harmonia e a praticidade na utilização racional dos espaços. A obra e os respectivos projectos foram realizados em seis meses, durante os quais o cemitério não fechou os seus serviços e o apoio à população local.

Visto o tempo de execução ser reduzido para a construção de um edifício com 1 200m² e uma área de intervenção total com 1 700m² aproximadamente, foi necessário recorrer a soluções de pré-fabricação, nomeadamente na construção dos módulos de decomposição aeróbia.

Desta forma, aliou-se a reabilitação do espaço envolvente com as técnicas modernas da construção civil, melhorando os prazos e minimizando as áreas de intervenção, factor vital para não causar distúrbios no normal funcionamento de todos os serviços afectos.

Tratando-se de um edifício moderno, revitalizou-se o espaço, respeitando o património local, procurando uma inter-relação entre o novo e o existente: *vivendo o Presente, pensando no Futuro, sem esquecer o Passado.*

É nossa forte convicção que as vantagens deste trabalho de reestru-

turação, reabilitação e construção do património funerário contribuem para o melhoramento de um serviço público, em que se privilegia o culto de todas as culturas, credos e religiões, aplicando técnicas modernas e respondendo a necessidades actuais da sociedade, com privacidade e simplicidade. 

SOFIA ALEXANDRA MENDES,
Eng.^a Civil,
Somafre Construções, S. A.



Servilusa
Agências funerárias
grupo m3



Consigo nos momentos difíceis

www.servilusa.pt

Número Nacional Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 horas



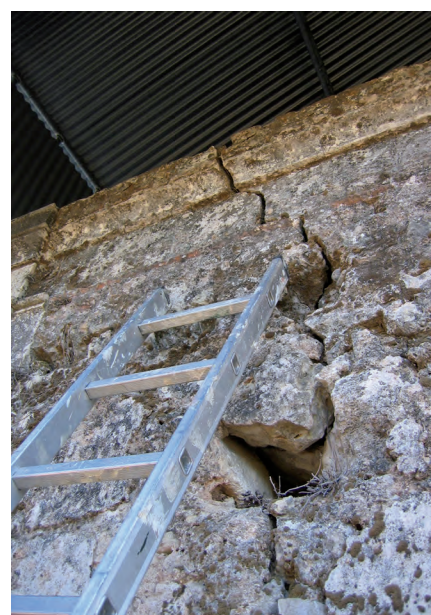




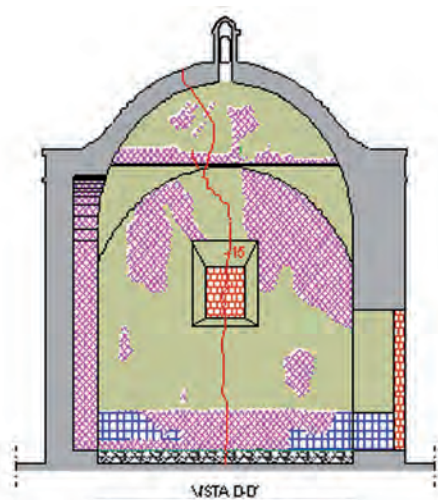

Intradorso da cúpula. Fractura



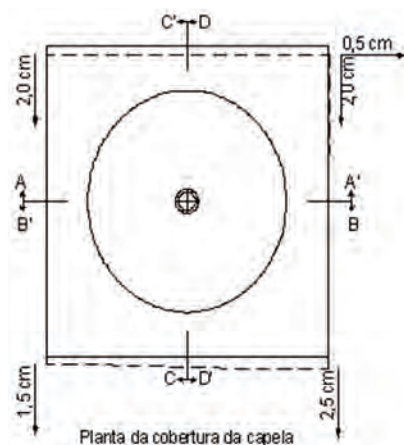
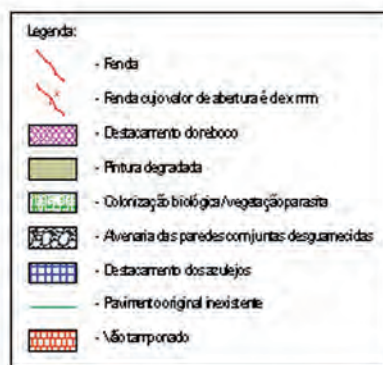
Parede Nascente. Aspecto da alvenaria da fundação. Juntas desguarnecidas



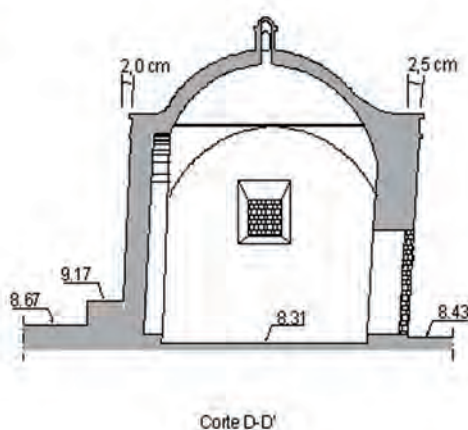
Parede Poente. Fractura da alvenaria



Representação esquemática das anomalias



Representação esquemática dos desaprumos das paredes



à base de cal. Adicionalmente foram propostas medidas de reabilitação e conservação, tais como a remoção da vegetação parasita e dos rebocos degradados, o preenchimento das juntas desguarnecidas das alvenarias das paredes e das fundações com argamassa à base de cal e a aplicação de novos rebocos à base de cal, com características hidrófugas no revestimento exterior da cúpula e ainda o aterro da envolvente das fundações descalças.

As medidas acima estão a ser desenvolvidas a nível de projecto de execução, de modo a se dispor de toda a informação necessária à realização dos trabalhos de reabilitação e reforço.

TIAGO RIBEIRO,
Engenheiro Civil,
Oz, Ld.^a

Procedimento pré-contratual e limite para trabalhos a mais em intervenções de reabilitação estrutural

INTRODUÇÃO

Começa, pouco a pouco, a tomar-se consciência de que a proliferação de novas urbanizações, edifícios e infra-estruturas não é a via para um desenvolvimento sustentável. Em termos económicos, a construção nova consome, em Portugal, fatias importantes dos recursos humanos e financeiros disponíveis. Embora absorva anualmente cerca de 25 000 milhões de Euros, a construção nova é uma actividade de baixo valor acrescentado, e o seu contributo para o PIB é relativamente pequeno, inferior a 6%. O produto da construção não é um bem transaccionável, a menos que configure uma exportação, a qual não tem grande peso no sector, em Portugal. A construção nova pouco contribui, portanto, para a competitividade do País.

Em termos ambientais, os impactos negativos da construção nova são múltiplos e em cadeia: provoca a destruição ou redução do desempenho ambiental dos terrenos ocupados que, em muitos casos, constituem património natural do País; obriga à extracção das matérias-primas, com os seus próprios impactos; consome uma multiplicidade de produtos manufacturados, cujo fabrico envolve impactos adicionais; produz detritos e entulhos, que vão sobrecarregar aterros quando não são depositados de forma selvagem; e, como as novas urbaniza-

ções obrigam geralmente a maiores deslocações, traduz-se em maiores consumos de combustíveis, com as consequentes emissões de CO₂ e outros poluentes.

Finalmente, em termos sociais, a construção, quando associada à expansão urbana, não favorece a integração e mobilidade sociais, nem a preservação dos valores culturais. O avanço da urbanização “em mancha de óleo”, com a criação de subúrbios-dormitório cada vez mais afastados dos locais de trabalho, arrasta a desertificação da cidade tradicional e o abandono dos centros históricos, traduzindo-se, para o cidadão comum, numa menor qualidade de vida. A pressão do sistema bancário e dos promotores imobiliários para escoar a produção de casas novas resultou no actual sobre-endividamento de inúmeras famílias.

É tempo de conseguir um sábio equilíbrio entre a necessidade de dispor de uma infra-estrutura construída capaz de suportar padrões de vida aceitáveis e a de proteger o meio ambiente, aproveitando racionalmente todos os recursos.

Para tal, na linha do preconizado pelo projecto da OCDE para a construção, impõe-se o uso sustentável do stock construído. É necessário prolongar a vida útil efectiva da infra-estrutura e dos edifícios, habilitando-os a ir ao encontro, com

maior flexibilidade, dos requisitos económicos, ambientais e sociais.

Esse objectivo consegue-se, fundamentalmente, através da reabilitação. Que o peso relativo da actividade de reabilitação das construções existentes no volume de produção do sector da construção e obras públicas está em crescendo ninguém tem dúvidas. É, contudo, um facto conhecido, que Portugal está, neste domínio, atrasado em relação ao resto da Europa. Para conseguir colmatar esse atraso é essencial que o quadro legislativo que regula a actividade do sector dê à reabilitação a devida importância. Particularizando, é notório que o Código dos Contratos Públicos (CCP) não tenha entrado em linha de conta com a especial natureza das obras de reabilitação, a qual justifica um tratamento normativo especial. É sintomático que a palavra “reabilitação” só apareça cinco vezes ao longo das duzentas e trinta e três páginas do texto do CCP: uma na definição de “obra pública”, as restantes a propósito do impedimento dos concorrentes condenados por crime que afecte a sua honorabilidade profissional...

A ESPECIFICIDADE DA REABILITAÇÃO

A especificidade das obras de reabilitação, em particular das de natureza estrutural, resulta de considerações metodológicas e de considerações

Uma proposta de alteração ao Código dos Contratos Públicos

tecnológicas. Considerações metodológicas, porque as intervenções de reabilitação estrutural pressupõem uma fase prévia de caracterização da construção existente e das acções sobre ela exercidas, de diagnóstico das anomalias eventualmente existentes e de delimitação das zonas por elas afectadas. A esta fase segue-se o estabelecimento, em colaboração com o Dono da Obra, de uma estratégia de intervenção, que condicionará as opções técnicas a seleccionar. Após a execução dos trabalhos, a monitorização dos efeitos da intervenção e subsequente manutenção da construção ganham, frequentemente, grande relevância. Considerações tecnológicas, porque se trata, em geral, para o mesmo tipo de estrutura, de trabalhos de natureza diferente dos inerentes à construção de raiz, que lançam mão de uma variada gama de técnicas e produtos, diferentes dos utilizados na construção nova.

As estruturas de betão armado são um bom exemplo para ilustrar as diferenças de abordagem entre construção nova e reabilitação. Assim, a fase de concepção de uma nova estrutura de betão é condicionada apenas pela topografia, pela geotecnia e pelas condições climáticas do local de implantação, a elas se restringindo a recolha prévia de informação. A qualidade do projecto é facilitada pela existência de

um extenso e abrangente corpo de normas, regulamentos e especificações. A qualidade da execução da nova estrutura é ditada, basicamente, pelo domínio que o empreiteiro possui da tecnologia da execução de armaduras e cofragens, e da confecção, colocação e cura do betão. Os principais operacionais são o armador de ferro, o carpinteiro de cofragens, o cimenteiro e o vibradorista, enquadrados por encarregados e engenheiros civis com experiência numa tecnologia que domina, há muito, os hábitos dos construtores.

A concepção e a execução de uma intervenção de reabilitação de uma estrutura de betão armado contrastam claramente com a construção de uma nova estrutura, de todos aqueles pontos de vista. Assim, a concepção da intervenção pressupõe uma recolha de informação mais vasta e complexa: pesquisa documental sobre a estrutura existente, levantamento ou verificação da sua geometria, inspecções e ensaios para a caracterização dos elementos estruturais e materiais constituintes e diagnóstico das anomalias por eles apresentados. A qualidade do projecto pressupõe conhecimentos extensos da patologia do betão armado e da tecnologia da sua reabilitação, para poder escolher, dentre um extenso leque de soluções possíveis, as mais adequadas ao caso concreto, obrigando, além disso, a

uma interacção muito próxima com o Dono da Obra, a fim de incorporar nessa selecção as suas opções estratégicas. Finalmente, a qualidade da intervenção é condicionada pelo domínio que o empreiteiro possui das técnicas seleccionadas pelo projectista, que podem variar entre umas já razoavelmente estabilizadas e difundidas e outras recém-introduzidas e, por isso, mais exigentes quanto ao rigor de execução. Os principais operacionais podem corresponder a figuras profissionais tradicionais com treino específico, mas incluem figuras profissionais novas, variáveis conforme a técnica utilizada, como o operador de canhão de betão projectado, o operador de equipamento de injeção de produtos poliméricos, entre outros, enquadrados por encarregados e engenheiros civis com experiência nessas tecnologias menos divulgadas.

REABILITAÇÃO E CCP: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

É natural, por consequência, que a especificidade das intervenções de reabilitação se reflita na própria formação do contrato. Neste âmbito, um dos aspectos mais salientes é o estabelecimento das quantidades de trabalho. Enquanto na construção de uma nova estrutura essas quantidades podem ser definidas com rigor a partir das peças que consti-

tuem o projecto, numa intervenção de reabilitação de uma estrutura existente essa definição é, frequentemente, impraticável. Retomando o exemplo da estrutura de betão armado e supondo que o problema apresentado pela estrutura é o da corrosão das armaduras, com delaminação, aqui e ali, da camada de recobrimento, as quantidades de trabalho dependerão:

- a) Da quantidade e extensão das zonas onde já é visível a delaminação do betão de recobrimento devida à corrosão das armaduras;
- b) Da quantidade e extensão das zonas em que a corrosão das armaduras já provocou o desligamento da camada de recobrimento, embora tal não seja ainda visível a olho nu;
- c) Do comprimento de armaduras atacadas pela corrosão, logo dessolidarizadas do betão envolvente;
- d) Do comprimento de armaduras com perda de secção das armaduras devida à corrosão;
- e) Da profundidade de penetração de cloretos;
- f) Da profundidade de penetração da frente de carbonatação do betão;
- g) Da quantidade e extensão das zonas em que o recobrimento das armaduras é insuficiente;
- h) Da quantidade e extensão de outros defeitos de execução, como fissuras, “chochos”, etc...

Ora, sobretudo quando em presença de dificuldades de acesso, não é possível, em fase de levantamento e diagnóstico, determinar com suficiente exactidão todas estas quantidades, que ficarão, antes, sujeitas a flutuações tanto maiores quanto menor o rigor posto na execução de tais levantamentos e na elaboração do projecto. O exemplo acima diz respeito à reabilitação do betão armado. No entanto, idênticos condicionalismos de imprevisibilidade afectam a generalidade das obras de reabilitação estrutural na fase de projecto, impossibilitando a quantificação rigorosa de todas as

quantidades de trabalhos e de materiais necessários à sua conclusão. A própria natureza dos trabalhos a executar pode, em certos casos, ser alterada em maior ou menor grau, após o início da intervenção, mercê da informação complementar que só em fase de execução da obra é possível obter.

Além da possibilidade de alteração da extensão e, até, natureza de alguns dos trabalhos, os contratos de empreitadas de obras de reabilitação estrutural devem ter em conta um conjunto de características inerentes, que tornam difícil o estabelecimento do próprio preço base, militando a favor de uma maior flexibilidade na limitação dos trabalhos a mais, como a multidisciplinaridade das intervenções e, por consequência, dos agentes chamados a intervir e, no caso das construções antigas, a utilização de materiais e técnicas construtivas que já não se usam na construção de hoje.

Em face do exposto, propõe-se que sejam efectuadas as seguintes alterações ao texto do CCP:

1. Aditamento de um número 5 ao Artigo 29.º - “Escolha do procedimento de negociação” para densificação do critério previsto na alínea b) relativamente às empreitadas de obras de reabilitação:

1 - *Pode adoptar-se o procedimento de negociação para a celebração dos seguintes contratos:*

...

b) Contratos de empreitadas de obras públicas, contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e contratos de locação ou aquisição de bens móveis e contratos de aquisição de serviços cuja natureza ou condicionalismos da prestação que constitui o seu objecto impeçam totalmente a fixação prévia e global de um preço base no caderno de encargos”; (...)

5 - *Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1, consideram-se contratos*


de empreitadas de obras públicas cuja natureza ou condicionalismos da prestação que constitui o seu objecto impeçam totalmente a fixação prévia e global de um preço base no caderno de encargos, as empreitadas que tenham como objecto obras de reabilitação estrutural.”;

2. Alteração ao n.º 3 do art.º 370.º com a epígrafe “Trabalhos a mais”:

Deverá ser tornado extensivo a intervenções de reabilitação estrutural o limite de 25% do preço contratual, pelo que, deverá prever-se aquele limite para “obras cuja execução seja afectada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, nomeadamente as obras marítimas-portuárias, as obras complexas do ponto de vista geotécnico, em especial a construção de túneis e as obras de reabilitação estrutural”.

CONCLUSÃO

A reabilitação do edificado e da infra-estrutura, como alternativa à construção nova, constitui a melhor estratégia para potenciar o contributo do sector para o desenvolvimento sustentável. A reabilitação é, no entanto, um segmento caracterizado por uma elevada especificidade, em particular no que concerne às intervenções de natureza estrutural. Tal especificidade deve reflectir-se no tratamento dado a este tipo de obra no novo Código dos Contratos Públicos.

Daí a oportunidade e necessidade das alterações propostas para as obras de reabilitação de natureza estrutural, incidentes sobre dois aspectos fundamentais: a selecção do procedimento pré-contratual e a inclusão das obras de reabilitação estrutural no conjunto daquelas em que se justifica um limite de 25% para os trabalhos a mais. 

VÍTOR CÓIAS,
Presidente do GECORPA

Obras públicas ou privadas, 40 anos da Recomendação da UNESCO

Na sequência da notável campanha de salvaguarda dos monumentos de Abu Simbel e Philae (no Egipto e Sudão, entre 1960 e 1980) e de outras iniciativas da UNESCO noutros países, resolveu a Organização aprovar a “Recomendação sobre a preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas”, em 19 de Novembro de 1968.

Começando por afirmar que “o bem-estar de todos os povos depende, entre outras coisas, da existência de um ambiente favorável e estimulante e que a preservação dos bens culturais de todos os períodos da sua história contribui directamente para esse ambiente; [e] reconhecendo, por outro lado, o papel desempenhado pela industrialização, para a qual a civilização mundial está a caminhar, no desenvolvimento dos povos e na sua realização espiritual e nacional;” a Recomendação constata “que os monumentos e vestígios do passado pré-histórico, proto-histórico e histórico, assim como numerosas construções recentes que têm importância artística, histórica e científica, estão cada vez mais ameaçados por obras públicas ou privadas resultantes do desenvolvimento industrial e da expansão urbana.” Face ao desaparecimento de tantos e tantos bens inestimáveis “é dever dos governos assegurar a protecção e preservação do património cultural da humanidade, tanto quanto a promoção do desenvolvimento social e económico.”

Não são apenas “os monumentos e sítios com valor arquitectónico, arqueológico e histórico, classificados e protegidos por lei, mas também os vestígios do passado que não estejam classificados, assim como os monumentos e sítios recentes que tenham importância

artística ou histórica” que estão ameaçados (ponto 2). Assim, “as medidas destinadas a preservar ou salvaguardar os bens culturais devem ser de carácter preventivo e correctivo [e] devem ter como objectivo proteger os bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas que os possam danificar ou destruir, tais como:

a) os projectos de expansão ou de renovação urbana, ainda que respeitem os



Abu Simbel

monumentos classificados mas possam demolir estruturas menos importantes e assim destruir as relações históricas entre estes monumentos e as zonas históricas envolventes;

b) os projectos de expansão ou de renovação urbana, em áreas onde conjuntos tradicionais com valor histórico possam correr perigo de destruição por não existir nenhum monumento classificado;

c) as modificações ou reparações mal feitas em edifícios históricos singulares;

d) a construção ou alteração de estradas, que constituem um perigo especialmente grave para os monumentos, conjuntos e sítios com importância histórica;

e) a construção de barragens para irrigação, produção de energia hidroelétrica ou controlo de inundações;

f) a construção de oleodutos e de cabos de transporte de electricidade;

g) os trabalhos agrícolas como a lavra profunda da terra, as operações de drenagem e irrigação, o desbaste e nivelamento de terras e a reflorestação;

h) as obras exigidas pelo crescimento industrial e pelo progresso tecnológico das sociedades industrializadas, como a construção de aeroportos, a exploração de minas e pedreiras e a dragagem e alargamento de canais e de portos.” (pontos 7 e 8)

A Recomendação aponta como medida fundamental que “os Estados membros devem encorajar os proprietários de edificações com importância artística ou histórica, incluindo as edificações inseridas num conjunto tradicional, bem como encorajar os residentes nos bairros históricos urbanos ou rurais a preservar o carácter e a beleza dos seus bens culturais que possam estar ameaçados por obras públicas ou privadas, através:

a) da diminuição de impostos;

b) da criação, através de legislação adequada, de um orçamento destinado a ajudar, mediante subsídios, empréstimos ou outras medidas, as autoridades locais, as instituições e os proprietários privados de edificações (...) a garantir a manutenção ou a adaptação criteriosa a funções que respondam às necessidades da sociedade contemporânea.” (ponto 17)

Passadas quatro décadas, esta Recomendação mantém uma extraordinária actualidade, pois continuam a fazer-se obras, grandes e pequenas, públicas e privadas, que ameaçam constantemente o património.

MIGUEL BRITO CORREIA,
Arquitecto

PP-CULT Plataforma pelo Património Cultural

Agregando inicialmente 18 associações cívicas ou profissionais ligadas à defesa do património, a Plataforma pretende dar um contributo útil e construtivo para a redefinição das políticas estatais neste sector e sensibilizar a sociedade portuguesa para o património como valor estratégico e oportunidade nacional. A Declaração da PP-CULT foi apresentada no dia 16 de Outubro, no Teatro São Luiz (em Lisboa), perante uma audiência de cerca de duas centenas de pessoas, está disponível nos sítios <http://icomos.fa.utl.pt> e www.icom-portugal.org.

representa a reflexão e as propostas representativas de milhares de associados. A Declaração propõe a urgente alteração do actual estado das instituições governamentais tutelares da Cultura, sobretudo na área do património construído, de modo a torná-las operativas e eficazes. Na sessão de apresentação e debate foi realçado o potencial que o país tem na área do património cultural e a capacidade que este tem de gerar recursos.

MBC



O Património do Vale do Minho disponível online

Foi disponibilizado na Internet o projecto "Vale do Minho. Espaço, Memória e Identidade", que tem por objectivo dar a conhecer variadas informações sobre o Património Natural e Cultural do Vale do Minho. Criada pela ACER - Associação Cultural e de Estudos Regionais, esta base de dados contempla o património material e imaterial de cinco autarquias: Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira. São disponibilizadas 1 100 imagens e 550 fichas. Para conhecer o projecto, basta aceder ao sítio <http://emi.valedominhodigital.pt>.

RSB

Empresas de Arqueologia realizaram congresso

Nos dias 20 e 21 de Novembro decorreu, na Fundação Calouste Gulbenkian, o 1.º CPAE, Congresso Português de Arqueologia Empresarial, organizado pelas empresas Archeoestudos, Crivarque, Arqueohoje, Dryas Arqueologia, Arqueologia e Património e Era Arqueologia. Motivado pelos 10 anos de expansão da actividade empresarial arqueológica, o congresso apresentou diversas abordagens ao assunto, desde aspectos técnicos ligados à datação por termoluminescência até discussões sobre a ética na arqueologia. Deste modo, as comunicações foram realizadas em duas salas simultaneamente. Enquanto numa havia sessões em que eram apresentados estudos de casos, noutra decorreram *workshops* orientados para a inserção

da actividade arqueológica na sociedade. Aliás, a relação arqueologia e sociedade foi o tema da conferência de abertura, proferida pelo professor Filipe Criado Broado.

Um dos momentos de grande interesse e participação da assistência teve lugar no *workshop* "Credenciação, regulação e fiscalização na arqueologia portuguesa". Participou nesta sessão o representante do IGESPAR, I.P., João Pedro Cunha Ribeiro, que expôs questões levantadas com as reformas de Bolonha e da Administração Pública, nomeadamente as repercussões no exercício da actividade de arqueólogo. Elucidou algumas das estratégias do IGESPAR, I.P., ressaltando a necessidade dos trabalhos arqueológicos

reverterem em contributos para a sociedade. Nesta sessão também foi apresentado pelo presidente do GECORPA, Vítor Córias, o sistema de qualificação de empresas de conservação e restauro, exemplo de uma forma de garantir a excelência das empresas de um dado sector.

A conferência de encerramento fez jus às dezenas de comunicações apresentadas, já que se dedicou ao tema "Produção científica em meio empresarial", a cargo de Pedro Pissarra. Assim, o 1.º CPAE conseguiu unir a investigação arqueológica aos desafios que se colocam às empresas no dia-a-dia.

RSB

16.^a Assembleia Geral do ICOMOS

Na cidade do Québec (Canadá) realizou-se, de 29 de Setembro a 4 de Outubro, a Trienal Assembleia Geral e Simpósio do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios. Cerca de 800 participantes de diversos países (incluindo representantes da Comissão Nacional Portuguesa) debateram o tema: "Conservar o espírito do lugar" procurando abordar os aspectos materiais e imateriais que caracterizam o património. Realizaram-se também as reuniões anuais de 22 comissões científicas internacionais do ICOMOS que se dedicam a aprofundar o conhecimento em áreas específicas do património. A Assembleia Geral elegeu os novos presidente internacional (Gustavo Araoz, norte-americano), secretária-geral (Bénédict Selfslagh, belga) e tesoureiro (Jadran Antolovic, croata), bem como os cinco novos vice-presidentes e os novos membros da Comissão Executiva. Foram aprovadas duas novas Cartas, uma sobre interpretação e apresentação de sítios do património cultural e outra sobre rotas culturais.

MBC

O regresso do obelisco de Aksum

Em 1937, as tropas de Mussolini encontraram em Aksum, na Etiópia, um obelisco de granito do século IV com 24 metros e 152 toneladas e levaram-no para Roma. Aksum, que é património mundial cultural desde 1980, foi a capital de um poderoso reino cristão e tem um impressionante conjunto de vestígios arqueológicos dos primeiros dez séculos da nossa era. Após anos de negociações, a UNESCO anunciou, em 2005, que o obelisco iria regressar a Aksum. Foi preciso alugar o maior avião do mundo (um Antonov, que transportou as três partes de que é composto o obelisco), modernizar o aeroporto de Aksum e reforçar duas pontes para conduzir os blocos até ao local original. Além disso, foi necessário estudar e construir uma enorme estrutura metálica para reerguer o obelisco e construir uma nova fundação em betão, garantindo simultaneamente a não deterioração arqueológica da zona envolvente. A escala desta operação recorda a campanha de há 50 anos para salvar-

da dos monumentos de Abu Simbel e Philae, no Egipto e Sudão, ameaçados pela construção da barragem de Assuão. O regresso do obelisco a Aksum, concluído em Setembro de 2008, custou cerca de cinco milhões de dólares e foi pago integralmente pelo governo italiano.

MBC



Morreu Sir Bernard Feilden



Mesquita de Al-Aqsa, Jerusalém

Morreu no passado dia 14 de Novembro o arquitecto Bernard Feilden, conhecido pelas suas obras no âmbito da conservação e do restauro. Feilden nasceu em Londres no ano de 1919 e trabalhou no restauro de monumentos na Grã-Bretanha, como a catedral de São Paulo e a torre central da catedral de York. Foi também responsável por intervenções em todo o mundo, dentre as quais se destacam os trabalhos no Taj Mahal, na mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém, na Muralha da China e na Cidade Proibida. Também escreveu manuais de conservação, alguns deles para a UNESCO.

RSB



A Empresa NAESTEIRA, sociedade de urbanização e construções, Lda., fundada no final do ano de 1999, depois de alguns anos dedicados em exclusivo à construção nova de edifícios destinados a escolas, serviços, comércio e habitação, actividade que ainda prossegue, introduziu posteriormente uma nova actividade correspondente a uma forte aposta na reabilitação e reconstrução do património histórico construído. Segue hoje neste mercado a tendência europeia, apostando no restauro e reabilitação do património protegido, na obra de qualidade e no respeito e dignificação do património nacional.

A estrutura técnica da NAESTEIRA, Lda. assenta num quadro técnico experiente de licenciados e pós-graduados em Engenharia Civil e encarregados especializados e ainda em Mão-de-Obra altamente especializada na execução das actividades inerentes às áreas de actuação da empresa.

A utilização das técnicas e dos materiais adequados à especificidade de cada tipo de trabalho, a Mão-de-Obra especializada na sua execução e aplicação e a preocupação em manter as características e traças originais dos edifícios, são condições fundamentais e decisivas que a NAESTEIRA, Lda. oferece a todos os seus clientes e lhe garantem, em retorno, novas encomendas e uma carteira de clientes considerável. Entre os principais clientes desta área de actividade da NAESTEIRA, Lda., podem referir-se: Assembleia da República, Ministério das Finanças, COFAC, Câmaras Municipais de Lisboa e de Vila Franca de Xira, bem como vários clientes particulares.

NAESTEIRA

Sociedade de Urbanização e Construções, Lda.^a

Rua Julieta Ferrão, nº 10 - 3º Esq.
1600 - 131 Lisboa - Portugal
e-mail: naesteira.adm@netcabo.pt
Pág. Web: www.naesteira.pt
Tel.: + 351 217 800 800
Fax: + 351 217 964 943



Como reabilitar: uma entrevista e várias lições

Há algum tempo atrás, numa entrevista ao Público ("Mouraria: ainda há quem acredite na reabilitação", por Catarina Prehaz. *Público, Local*, 25 de Junho de 2008), Mafalda de Magalhães Barros, dá conta das lições da experiência vivida enquanto dirigiu a Conservação e Reabilitação Urbana, durante o mandato de Santana Lopes (2002 – 2005):

A primeira dessas lições diz respeito à metodologia das intervenções de reabilitação e à modalidade de con-

trato de empreitada escolhida para lançar as intervenções. Diz Mafalda de Magalhães Barros:


"Os projectos de intervenção não batiam certo com as condições encontradas depois de desocupadas as casas ("há determinado tipo de sondagens que só se podem realizar depois da desocupação dos fogos")."

A segunda lição resulta dos erros cometidos na escolha dos empreiteiros, em termos da sua vocação e da sua dimensão. Segundo Mafalda de

Magalhães Barros, " ... Os grandes consórcios que ganhavam os concursos públicos eram empreiteiros mais vocacionados para a obra nova em betão que, contrariamente aos pequenos empreiteiros, recorrem a "suspensões de obra" e a todos os subterfúgios que a lei prevê para exigir novos preços, novos prazos, valendo-se de estruturas jurídicas fortes que actuam especificamente nesta área." Em resultado, o estado actual da Mouraria é o que se deparou a Catarina Prehaz, a autora, que começa o seu artigo sobre a reabilitação daquele bairro histórico: *"São edificações antigas, encravadas numa das sete colinas, mais exosqueletos que casas, com chapéu de zinco e poleiro de pombos. Nas Gralhas, é do dois ao sete: prédios descarnados até ao miolo com a ruína suspensa pelas escoras ferrugentas que lhes alfinetam as entranhas... Ruína, ferrugem, despojos. Beco a beco, rua por rua, cabeças espreitam dos edifícios com queda adiada pelas ossadas de ferro".*

Partindo do que foi feito, várias lições é possível tirar sobre o que deveria ter sido... É isso que o quadro I pretende sistematizar.

Nada do que se recomenda neste quadro é novidade. É simples bom senso e sabedoria popular. Toda a gente sabe que *"o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita"*, que *"o barato sai caro"*, que *"as pressas dão em vagares"*, que *"quem se mete por atalhos mete-se em trabalhos"*...

Se há uma palavra-chave, ela é *"Qualificação"*. Para que a reabilitação resulte, é necessário exigir qualificação a todos os agentes envolvidos, incluindo o próprio Dono de Obra. 

O QUE FOI FEITO	O QUE DEVIA TER SIDO FEITO
Levantamentos sumários e pouco rigorosos, feitos provavelmente por pessoas desconhecedoras das construções antigas e da especificidade da reabilitação	Começar por um levantamento cuidadoso da construção existente, incluindo caracterização e mapeamento das anomalias por ela apresentadas, respectivo diagnóstico e parecer quanto às várias estratégias de intervenção; Seleção, para o efeito, de uma empresa de inspecções e ensaios idónea, com experiência, capaz de garantir a qualidade do serviço prestado
Projectos provavelmente incompletos e desadequados	Após a decisão, em conjunto com o Dono de Obra, da estratégia a seguir, promover a elaboração de um projecto de execução da intervenção, por empresa projectista cuidadosamente seleccionada. Se a dimensão dos trabalhos o justificar, elaborar primeiro um ante-projecto que avalie e compare as várias estratégias possíveis
Regimes de concurso desadaptados de um tipo de intervenção em que as quantidades de trabalho são difíceis de estimar com rigor idêntico ao de uma construção de raiz	Seleccionar um regime de concurso com pré-qualificação, que permita, dentro de certos limites, variabilidade das quantidades de trabalho que não seja possível medir rigorosamente
	Entregar a fiscalização a uma empresa para tal vocacionada, cuidadosamente seleccionada
Seleção de empreiteiros grandes demais, vocacionados para a grande obra nova de betão armado, sem a qualificação necessária para trabalhos de reabilitação	Seleção de consórcios formados por PME's vocacionadas para as diferentes naturezas de trabalhos: consolidação estrutural, rebocos e pinturas, caixilharia, instalações e sistemas, etc., liderados e coordenados por uma delas, com adequada capacidade técnica. Dar preferência a empresas com sistemas de gestão da qualidade de âmbito adequado aos trabalhos que vão realizar

Quadro I

VÍTOR CÓIAS,
Presidente do GECORPA

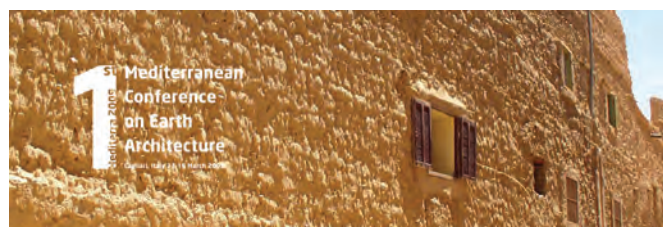
OASRN promove Ciclo 3R

A Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte promove até 28 de Fevereiro de 2009 o ciclo 3R - Reabilitar, Reutilizar, Reciclar, com o objectivo dinamizar a formação e o debate sobre a sustentabilidade na vertente da arquitectura, nomeadamente sobre os temas da reabilitação de centros urbanos e edifícios, eficiência energética no âmbito dos edifícios existentes, uso racional, aproveitamento e reciclagem da água, espaços exteriores em centros urbanos, materiais e tecnologias eco-eficientes e sistemas de certificação ambiental. O ciclo é constituído por seminários (onde se apresentam conceitos, exemplos de boas práticas e linhas de orientação para a prática projectual), *workshops* e cursos práticos (acções de formação onde será feita a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nos seminários) e sessões técnicas (desenvolvidas por empresas para a apresentação de tecnologias e produtos existentes no mercado relacionados com cada tema).

Informações:

Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte
Tel.: 22 207 42 58
E-mail: ciclo3r@oasrn.org; formacao.continua@oasrn.org
www.oasrn.org/3R

Mediterra 2009



Decorrerá de 13 a 16 de Março, na cidade de Cagliari, a primeira conferência de arquitectura em terra do mediterrâneo, a Mediterra 2009. Organizado pela Facoltà di Architettura - Università di Cagliari, pela Escola Superior Gallaecia, pela CRATerre-ENSAG International Research Center and Unesco Chair earth architecture e pela Regione Autonoma della Sardegna, o evento conta com o apoio da UNESCO, do ICCROM, do ICOMOS-ISCEAH e do GCI. Serão abordados temas como a arquitectura tradicional, as paisagens culturais e a cultura da construção em terra.

Informações:

Facoltà di Architettura - DiARCH
Tel.: (+39) 070 6755807
E-mail: mediterranea@unica.it
<http://people.unica.it/mediterranea/>

Parque do Côa comemora 10 anos

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) comemorou, no dia 3 de Dezembro, dez anos de classificação como património mundial pela UNESCO. No seguimento desta efeméride realizam-se, nos meses de Dezembro e Janeiro, diversas actividades. Dentre elas destaca-se o lançamento das Actas do Fórum de Promoção e Valorização do Património do Vale do Côa no dia 8 de Janeiro e, no dia 15 de Janeiro, a inauguração da exposição "De Foz Côa a Siega Verde", uma iniciativa do PAVC e da Junta de Castela e Leão.



Informações:

Parque Arqueológico do Vale do Côa
Tel.: 279 768 260/1
www.ipa.min-cultura.pt/coa

IV Bienal de Restauromonumental

Entre 22 e 25 de Janeiro de 2009 terá lugar, em Madrid, a IV Bienal de Restauromonumental. O evento foi convocado pela Academia del Partal, e organizado pela Fundación Caja Madrid em colaboração com o Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. O tema desta edição da bienal é "Veinticinco años de restauración monumental (1975-2000)".

Informações:

www.acemiadelpartal.org/principal.html





“Correio dos Leitores”

**Pedra
& Cal**

10anos
1999-2008

A *Pedra & Cal* comemora o seu 10.º aniversário neste número. Convidámos os nossos assinantes a dar o seu testemunho, eis algumas opiniões:

Em todas as áreas de actividade existem publicações importantes ou mesmo essenciais e a Construção/Reabilitação não escapa à regra. A Pedra & Cal impõe-se pela qualidade dos artigos, excelência dos técnicos envolvidos e abrangência dos assuntos. Costumo utilizar as informações da revista, seja como cultura geral, lazer (por ser de leitura agradável), ou para utilização nas obras em que trabalho, motivo pelo qual, geralmente, guardo os volumes publicados, aliás de referir que a primeira aquisição da revista, foi precisamente por estar a preparar um caderno de encargos de um edifício com determinadas características e após procura intensa no mercado verifiquei a existência desta revista, que na altura servia os objectivos pretendidos. Claro que assinei a Pedra & Cal, passando a ser um leitor assíduo. Mas se está a ler este artigo é porque teve acesso à revista e, neste caso, partilha a opinião. Que continuem o bom trabalho. Parabéns pelo Aniversário.

Daniel Coelho Maria

Antes de mais deixem-me felicitar as pessoas que dirigem a revista pelo seu 10.º aniversário. Como novo assinante, só posso pronunciar-me por edições esparsas que me levaram exactamente a assiná-la; acho-a tecnicamente interessante e variada, focando uma área dentro da indústria de construção civil que bem merece ter mais divulgação e meios por haver tanto a fazer pelo património arquitectónico.

Pedro Castro, Eng.º

A Pedra & Cal, ao longo dos seus 10 anos, tem pautado a sua orientação no sentido de sensibilizar para a conservação preventiva do património. Nos artigos dos seus colaboradores procura divulgar os mais recentes avanços nas técnicas de reabilitação focando em particular os métodos não intrusivos de detecção de patologias. No ‘Portugal abandonado e/ou mal recuperado’, a continuidade da revista P&C constitui uma esperança de que o Património seja encarado como um vector do desenvolvimento e de que sejam adoptados os melhores processos de reabilitação quer por profissionais habilitados quer por empresas credenciadas. É de enaltecer a intervenção do GECORPA ao realizar cursos de formação em restauro, para além das edições de estudos técnicos e dos diversos colóquios e seminários com publicação das respectivas actas.

Antero Leite,
ACER – Associação Cultural e
de Estudos Regionais, Porto

Umbelino Monteiro associa-se ao GECORPA



Palácio Vila Flor - UM Canudo Vermelho Natural

No mês de Novembro o GECORPA ganhou mais um associado, a Umbelino Monteiro, S. A..

A empresa foi inserida no Grupo IV - Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais, dada a sua grande experiência no fabrico de cerâmicas de construção portuguesas. A Umbelino Monteiro é uma empresa da multinacional ETEX GROUP e exerce a sua actividade no âmbito da produção de telhas.

A empresa dedica particular atenção à reabilitação, segmento em que é líder de mercado, sendo pioneira na industrialização da telha de canudo, também conhecida como antiga portuguesa. Assim, diversas obras foram feitas pela Umbelino Monteiro, entre outras as intervenções nos Mosteiros dos Jerónimos, em Arouca e em Alcobaça; nos Palácios do Freixo, de Sintra e de Monserrate; no Teatro D. Maria; no Museu dos Coches e no Castelo de Leiria.

PARTICIPE!

Envie-nos a sua opinião
ou comentário para:
Rua Pedro Nunes, n.º 27,
1.º Esq., 1050-170 Lisboa
ou via e-mail:
info@gecorpa.pt

Cronologia do fúnebre

Ao longo da História, a Humanidade sempre se empenhou em edificar “contra o Tempo”, *essa grande empresa de demolições* como lhe chamou Lobo Antunes. Assim as civilizações empreenderam uma batalha sem tréguas contra o desgaste natural, edificando construções funerárias duráveis. Crê-se hoje que as primeiras construções datam de há cerca de 10 000 anos e calcula-se que tenham tido uma função funerária: Kihachiro Aratake, jaz sob o Pacífico, na costa da ilha japonesa de Yonaguni (www.abknet.de/yonaguni.htm) desde que a terra submergiu na última idade de gelo. Depois temos Stonehenge há já 5 000 anos e o triunfo megalítico (www.britannia.com/history/h7.html) dos

crónica até às Zigurates sumérias, babilónicas e assírias (pt.wikipedia.org/wiki/Zigurate), daí em diante é a conhecida história de Moisés e a inevitável ligação aos templos do antigo Egipto (pt.wikipedia.org/wiki/Pir%C3%A2mides_de_Giz%C3%A9). “[O] Homem teme [o] Tempo, [e] ainda [o] tempo teme as Pirâmides” de acordo com o conhecido provérbio árabe.

Construiu-se, esculpiu-se e escavou-se em terracota cal e pedra. Petra – *petrus* – **ءارتبل** – *al-Bitrā* marca a viragem para um mundo helénico com os Edomitas primeiro, em 1 200 a. C. e atrás deles os Nabateus (pt.wikipedia.org/wiki/Petra), e depois os Selêucidas, os Ptolomaicos e Thomas Edward Law-

os que ainda hoje ocasionalmente ainda ocorrem nas piras da Índia rural.

Testemunhamos a coexistência de expressões aparentemente contraditórias no edificado funerário: a morte azteca em contraponto com o amor de Artemísia, tão real como o que inspirou o Taj Mahal em 1630 d. C.. 22 mil homens foram ordenados por Shah Jahan a construir a derradeira prova de amor junto ao rio Yamuna – a maquete de todos os bolos de noiva do mundo – para Mumtaz Mahal “A Jóia do palácio”. Recomendo uma visita pela interessante Virtual Tour do Taj Mahal em (www.taj-mahal.net/blackLarage.htm).



povos, a terem uma consciência poética da morte e a teimarem não ser defuntos, apercebendo-se de si e por isso dos outros também, tanto que há “Stonehenges” a nascer como cogumelos na Saxónia alemã (www.euronews.net/pt/article/26/08/2008/german-stonehenge-reveals-its-mysteries) e irão encontrar-se mais com certeza.

A Torre de Babel aparece como a primeira verdadeira tentativa global de unificação dos estados na prevenção de um novo dilúvio (não este, económico-financeiro mas o primeiro que tinha sido 1 000 anos antes) e que os de Babel ainda se lembravam (sol.sapo.pt/blogs/jaguar/archive/2008/01/23/A-TORRE-de-BABEL.aspx). A Bíblia continua através do património fúnebre, a

rence (da Arábia), mas, alto, isso foi já mais tarde. No séc. IV a. C., Artemísia bebe as cinzas de Mausolo e promove (pt.wikipedia.org/wiki/Mausol%C3%A9u_de_Halicarnasso) um ícone do fúnebre em Halicarnasso: o mausoléu. O de Chi Huang-di mobilizou 700 mil prisioneiros e outros trabalhadores chineses cem anos mais tarde (www.chinaonline.com.br/antigo/historia/guerreiros/parte2.asp).

Os pré-colombianos alimentaram cascatas de crânios pelas pirâmides Maias abaixo (pt.wikipedia.org/wiki/Sacrif%C3%ADcios_humanos_na_Am%C3%A9rica_pr%C3%A9-colombiana) até à chegada dos espanhóis. Sacrifícios sempre ligados à esperança de outra vida melhor sem... sacrifícios como

Termino com a habitual notícia. No jornal *Diário de Notícias* online ficamos a saber que os cemitérios vão poder ser geridos por entidades privadas como agências funerárias. O Governo está a rever a legislação que regula o sector (...) o primeiro cemitério gerido por uma empresa vai avançar já. Será em Elvas e a sua gestão caberá à Servilusa. Mesmo ao lado deste cemitério, a empresa multinacional vai construir um tanatório, complexo funerário com salas de velamento, forno crematório e vários serviços que, diz, pretendem melhorar as condições das famílias na hora da morte: cafeteria, florista, capela, posto de saúde e sala para crianças (dn.sapo.pt/2007/03/05/sociedade/)

ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO,
Arquitecto

NOVIDADES


Praça do Marquês de Pombal na Cidade do Porto: das suas origens até à construção da Igreja da Senhora da Conceição

Autor: *Domingas Vasconcelos*

A praça, desde as suas origens como lugar periférico até meados do século XX, é o objecto deste estudo, sendo abordado em pormenor: o espaço público, lugar de repouso; os projectos de regularização; os seus habitantes e a construção das casas e estabelecimentos, resguardando um quintal jardim, e as novas tipologias de habitação; por fim, a construção da igreja - projecto do arquitecto-monge Dom Paul Bellot - articulada com a praça e a cidade.

Edição: FAUP
Preço: € 15,75
Código: FAUP.E.7


Recolha e recuperação de solventes para reutilização

Autor: *Carlos Alberto T. Alves*

Este guia tem como objectivo promover o conhecimento e providenciar informação mais ou menos detalhada sobre algumas técnicas de recuperação de solventes como forma de promover a sua reutilização.

As emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC's) na indústria são objecto de restrições oficiais. O primeiro passo deste compromisso deve ser através de uma análise do seu consumo e da necessidade de minimizar o seu uso. Caso seja necessário proceder a alterações em algum equipamento para atingir estes objectivos, tal deve ser levado em conta nesta análise. Assim, a informação disponível neste guia ensina uma forma, não só de reduzir as emissões VOC's, como ainda uma solução económica para a recuperação desses solventes.

Edição: Publindústria
Preço: € 10,00
Código: PUB.G.2


Humidade em Paredes

Autor: *Fernando M. A. Henriques*

A presente publicação pretende contribuir para um melhor conhecimento deste tipo de acções e das soluções que podem ser implementadas para a sua correcção. Para o efeito, procede-se à apresentação das principais formas de manifestação da humidade em paredes e das respectivas soluções de reparação, e inclui-se pela primeira vez em Portugal um método de diagnóstico exaustivo de aplicação genérica que permite avaliar com segurança as causas das anomalias existentes.

A humidade em paredes constitui uma das acções mais gravosas e simultaneamente mais correntes que afectam os edifícios, provocando um grande desconforto nos seus ocupantes e contribuindo para uma acelerada deterioração dos materiais.

Edição: LNEC
Preço: € 20,95
Código: LNE.E.18


Sistemas de Construção IX - Contributos para o cumprimento do RCCTE, Detalhes Construtivos sem Pontes Térmicas. Materiais Básicos (6ª parte): o Betão

Autor: *Jorge Mascarenhas*

A construção civil é o sector de actividade com maior peso na economia nacional, pelo número de pessoas que emprega, bem como o volume de negócios das actividades a ela associada (projectos, transformação de materiais, fabrico de componentes e maquinaria de construção, financiamento, mediação imobiliária, artefactos para acabamentos, móveis, equipamentos eléctricos e mecânicos), sendo importante a sua presença como motor de desenvolvimento tanto nos pequenos lugares como nos grandes centros. Esta colecção tem como objectivo ser um auxiliar útil de consulta para os profissionais ligados ao sector dando a conhecer os diversos processos de construção existentes, indicando genericamente as suas vantagens e desvantagens consequindo assim uma panorâmica dos processos construtivos usados em Portugal. Este volume, dedicado ao betão, é uma obra fundamental para o cumprimento do RCCTE: Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, cuja aplicação é obrigatória, este é já o 9.º título de uma colecção que dispensa apresentações. Engenheiros, arquitectos, construtores, empreiteiros e profissionais ligados à construção, poderão encontrar nesta obra o que há de mais actual, com descrições ilustradas e detalhadas dos processos construtivos utilizados em Portugal.

Edição: Livros Horizonte
Preço: € 22,00
Código: HT.E.29

A Cidade como Arquitectura


Autor: *Nuno Portas*

Nesta obra, Nuno Portas revoluciona concepções, hábitos e paradigmas de pensar a arquitectura como área profissional, mas também a forma de pensar o espaço e a vida da cidade. Polémica e incontornável não apenas para arquitectos, engenheiros e profissionais envolvidos em todos os aspectos da projecção, mas também para sociólogos e filósofos da paisagem; não é meramente um livro de crítica, mas sobretudo, segundo o seu autor, um contributo "para armar melhor uma disciplina em re-fundação: a arquitectura urbana". Contém, portanto, propostas técnicas e práticas, mas também conceptuais e filosóficas, nascidas da experiência e maturação do autor.

Edição: Livros Horizonte
Preço: € 17,90
Código: HT.E.28

Outros títulos à venda na Livraria GECORPA
Lisboa: o que o turista deve ver


Autor: *Fernando Pessoa*
Edição: Livros Horizonte
Preço: € 10,37
Código: HT.G.1

Climatização. Concepção, instalação e condução de sistemas


Autor: *Luis Roriz*
Edição: Edições Orion
Preço: € 40,00
Código: ORE.E.4

Arquitetura Ecológica - Condicionamento Térmico Natural


Autor: *Ennio Cruz da Costa*
Edição: Edgard Blücher Ld.ª
Preço: € 33,79
Código: EB.M.1

Preparação de Obras - Construção Civil


Autor: *Paulo Mourão Reis*
Edição: Publindústria
Preço: € 16,00
Código: PUB.M.1

A Gestão Eficiente dos Resíduos


Autor: *Carlos Alberto T. Tavares*
Edição: Publindústria
Preço: € 10,00
Código: PUB.G.1

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt



CD-ROM *Pedra & Cal* 5 Anos (1998 - 2003)

Assinatura anual da *Pedra & Cal*



N.º 36, Out./Nov./Dez. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.36



N.º 37, Jan./Fev./Mar. 2008
Preço: € 4,48
Código: P&C.37



N.º 38, Abr./Mai./Jun. 2008
Preço: € 4,48
Código: P&C.38



N.º 39, Julho/Ago./set. 2008
Preço: € 4,48
Código: P&C.39



N.º 23, Julho/Ago./Set. 2004
Preço: € 4,48
Código: P&C.23



N.º 24, Out./Nov./Dez. 2004
Preço: € 4,48
Código: P&C.24



N.º 25, Jan./Fev./Mar. 2005
Preço: € 4,48
Código: P&C.25



N.º 28, Out./Nov./Dez. 2005
Preço: € 4,48
Código: P&C.28

Promoção de 4 números da *Pedra & Cal* à sua escolha

Nota: Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 13 da *Pedra & Cal* encontram-se esgotados, contudo informamos que se encontram reunidos no CD-ROM *Pedra & Cal - 5 Anos (1998-2003)*, à venda na Livraria GECORPA. Os números 25, 26 e 27 estão de momento indisponíveis.

Nota de Encomenda

Nome _____ Endereço _____

Código Postal _____ Localidade _____ Telefone _____ Fax _____

N.º Contribuinte _____ e-mail _____

Associado do GECORPA (10% de desconto) ☐

Actividade / Profissão _____

Assinante da "Pedra&Cal" (10% de desconto) ☐

☐ CD-ROM *Pedra & Cal, 5 anos - (1998-2003)*, pelo preço de € 35,00, acrescendo € 1,20 de portes de envio.

☐ Assinatura anual de 4 números da P&C pelo preço de € 16,13 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa), acrescendo € 4,40 de portes de envio.

☐ 4 números à escolha da P&C pelo preço de € 3,50 cada, acrescendo € 3,64 de portes de envio. Envie-me os números ☐ ☐ ☐ ☐

Código	Título	Preço Unitário	Desconto (*)	Quantidade	Valor (**)

Total: _____ euros

Junto cheque n.º _____ sobre o Banco _____ no valor de _____ euros, à ordem do GECORPA

Data _____ Assinatura _____

(*) Os descontos não são acumuláveis, nem aplicáveis aos números da *Pedra&Cal* já publicados.

(**) Ao valor de cada livro deverão ser acrescentados € 3,64 para portes de correio. Por cada livro adicional deverá somar-se a quantia de € 0,70.

Quanto aos números da *Pedra&Cal* já publicados, os portes de correio fixam-se em € 1,20. Para mais informações, consulte as Condições de Venda na Livraria Virtual.

FORMA DE PAGAMENTO: o pagamento deverá ser efectuado através de cheque à ordem de GECORPA, enviado juntamente com a nota de encomenda para Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.º 1050-170 Lisboa.

Consulte a Livraria Virtual do GECORPA em
www.gecorpa.pt
onde poderá encontrar estes e outros livros

GRUPO I

**Projecto,
fiscalização
e consultoria**



**A. da Costa Lima, Fernando Ho,
Francisco Lobo e Pedro Araújo
- Arquitectos Associados, Lda.^a**
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação, recuperação
e renovação de construções antigas.
Estudos especiais



**Betar - Estudos e Projectos
de Estabilidade, Lda.^a**
Projectos de estruturas e fundações
para reabilitação, recuperação
e renovação de construções
antigas e conservação e restauro
do património arquitectónico.



O futuro em perspectiva segura.

**LEB - Projectistas, Designers
e Consultores em Reabilitação
de Construções, Lda.^a**
Projecto, consultoria e fiscalização
na área da reabilitação
do património construído.



**PENGEST - Planeamento,
Engenharia e Gestão, S. A.**
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação,
recuperação e renovação de
construções antigas. Gestão,
Consultadoria e Fiscalização.

GRUPO II

**Levantamentos,
inspecções
e ensaios**



**ERA - Arqueologia - Conservação
e Gestão do Património, S. A.**
Conservação e restauro de estruturas
arqueológicas e do património
arquitectónico. Inspecções e ensaios.
Levantamentos.



**OZ - Diagnóstico, Levantamento
e Controlo de Qualidade
de Estruturas e Fundações, Lda.^a**
Levantamentos. Inspecções e ensaios
não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

**Execução
dos trabalhos
Empreiteiros
e Subempreiteiros**



A. Ludgero Castro, Lda.^a
Consolidação estrutural.
Construção e reabilitação de edifícios.
Conservação e restauro de bens
artísticos e artes decorativas:
estuques, talha, azulejaria,
douramentos e policromias murais.



Alfredo & Carvalho, Lda.^a
Conservação e restauro do património
arquitectónico. Conservação
e reabilitação de construções antigas.



**Alvenobra - Sociedade
de Construções, Lda.^a**
Reabilitação, recuperação e renovação
de construções antigas.



**Amador - Construção Civil
e Obras Públicas, Lda.^a**
Conservação, restauro e reabilitação
do património construído
e instalações especiais.



**Augusto de Oliveira
Ferreira & C.ª, Lda.^a**
Conservação reabilitação de edifícios.
Cantarias e alvenarias. Pinturas.
Carpintarias.



**BEL - Engenharia e Reabilitação
de Estruturas, S. A.**
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação
e renovação de CA. Instalações
especiais em PA e CA.



Construções Borges & Cantante, Lda

Construções Borges & Cantante, Lda.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação
de construções antigas.

 <p>COPC - Construção Civil, Ld.^a Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas. Recuperação e consolidação estrutural.</p>	 <p>Cruzeta - Escultura e Cantarias, Restauro, Ld.^a Conservação e reabilitação de construções antigas. Limpeza e restauro de cantarias, alvenarias e estruturas.</p>	 <p>CVF - Construtora de Vila Franca, Ld.^a Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.</p>	 <p>Edifer Reabilitação, S. A. Construção, conservação e reabilitação de edifícios.</p>
 <p>Empripar - Obras Públicas e Privadas, S. A. Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.</p>	 <p>L.N. Ribeiro Construções, Ld.^a Construção e reabilitação. Construção para venda.</p>	 <p>MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Conservação e reabilitação de património arquitectónico. Conservação de rebocos e estuques e pinturas.</p>	 <p>Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.^a Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.</p>
 <p>NaEsteira - Sociedade de Urbanização e Construções, Ld.^a Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.</p>	 <p>Poliobra - Construções Civas, Ld.^a Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.</p>	 <p>Quinagre - Construções, S. A. Construção de edifícios. Reabilitação. Consolidação estrutural.</p>	 <p>Somafre - Construções, Ld.^a Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.</p>
 <p>Somague - Engenharia S. A. Serviço de Engenharia Global - Obras Públicas e Construção Civil.</p>	 <p>STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A. Reabilitação de estruturas de betão. Consolidação de fundações. Consolidação estrutural.</p>		

GRUPO IV

Fabrico e/ou
distribuição
de produtos
e materiais



**ONDULINE - Materiais
de Construção, S. A.**
Produção e comercialização
de materiais para construção.



Tintas Robbialac, S. A.
Produção e comercialização
de produtos de base inorgânica
para aplicações não estruturais.



**Materiais
e Tecnologias
para a Reabilitação
Estrutural, Lda.**

**Tecnocrete - Materiais e Tecnologias
para a Reabilitação Estrutural, Ld.ª**
Produção e comercialização
de materiais para a reabilitação.

UMBELINO MONTEIRO S.A.

Umbelino Monteiro S.A.
Produção e comercialização de
produtos e materiais para o
Património Arquitectónico e
Construções Antigas

Para mais informações acerca dos associados GECORPA, das suas actividades e dos seus contactos,
visite a rubrica "associados" no nosso sítio www.gecorpa.pt

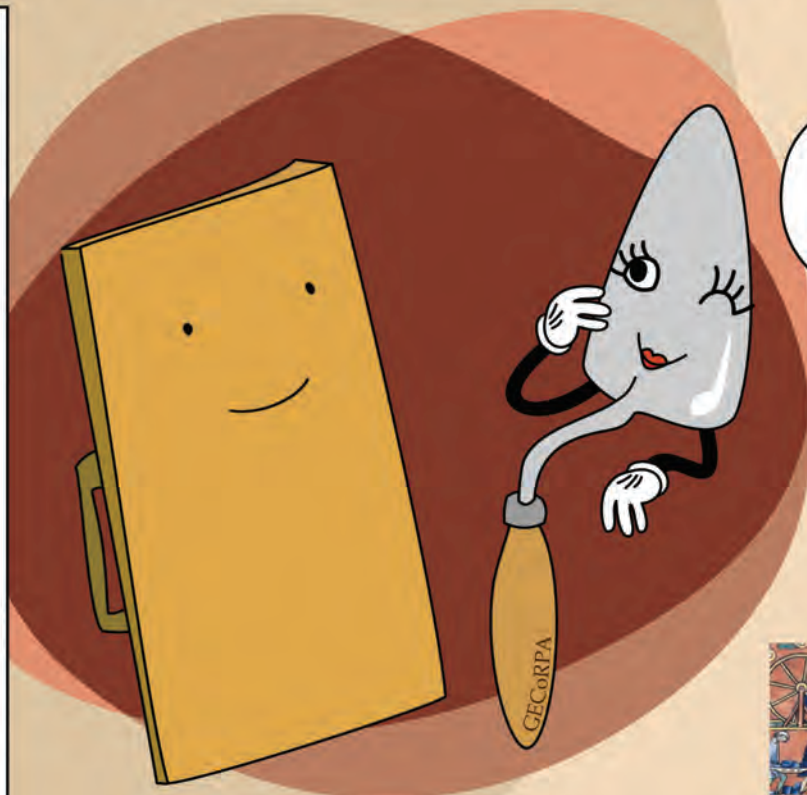
TRAGA UM NOVO ASSOCIADO!

A representatividade
e a actuação do
GECORPA assenta nos
seus Associados.

Não basta que
sejamos **bons**, é
preciso que sejamos
muitos!

O **GECORPA** pretende
agregar empresas de
conservação, restauro
e reabilitação do
património construído.
Não só da construção,
mas também do
projecto, consultoria,
instalações especiais...

Associe-se ao
GECORPA, ou, no caso
de já pertencer ao
nosso Grémio, traga
um novo associado e
contribua para o
fortalecimento desta
associação
empresarial.



Não sejas
quadrado!
Junta-te
ao **GECORPA**!



10 1997
2007
anos
G.E.Co.R.P.A.

Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
www.gecorpa.pt info@gecorpa.pt



CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação há cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.

1. EMBAIXADA DO LUXEMBURGO
2. EMBAIXADA DA SUIÇA
3. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
4. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA CALÇADA DA ESTRELA
5. EDIFÍCIO DE COMÉRCIO NA AVENIDA DA LIBERDADE
6. CAPELA NA BASE AÉREA Nº1 - SINTRA
7. EMBAIXADA DA ALEMANHA
8. EPCOS COPONENTES ELECTRÓNICOS - ÉVORA
9. MERCEDES-BENZ - SINTRA



Somafre Construções, Lda.

Rua Manuel Rodrigues da Silva, 7C, Escritório 6, 1600-503 Lisboa
Telf: 217112370 Fax: 217112389 email: mail@somafre.pt www.somafre.pt

Finalmente, os devolutos

Passarão à prática as novas medidas anunciadas?

A questão dos prédios e fogos devolutos tem sido um tema recorrente nesta página, desde o seu início, vai fazer agora dez anos, no quadro das políticas de reabilitação urbana.

De facto, no n.º 2 da revista, em 1999, falava-se já em 30 000 fogos devolutos em Lisboa e reclamavam-se medidas eficazes para os colocar no mercado. No n.º 9, em 2001, já com 50 000 fogos estimados, insistia-se na necessidade urgente de uma penalização progressiva, apelando à indispensável vontade política por uma reabilitação urbana que tardava em concretizar-se. No ano seguinte, insistia-se no apelo, já que nada tinha acontecido. O mesmo em 2003, no n.º 18 da revista, até que, em 2005, era saudada “a queda de um tabu”, com o anunciado agravamento fiscal de 30% do IMI para os fogos devolutos. Mais tarde, o governo aumenta esta penalização para o dobro, já que o problema dos devolutos assumira finalmente, no quadro da opinião pública, a necessária ressonância.

A Plataforma Artigo 65, por exemplo, avançara com um *slogan* expressivo: “Tantas casas sem gente e Tanta gente sem casa!”. O Plano Estratégico de Habitação recomendava, em 2007, a penalização fiscal dos fogos devolutos e dos edifícios degradados. A EPUL apresenta, no mesmo ano, um detalhado e ambicioso conjunto de “propostas para dinamizar a colocação dos fogos devolutos no mercado imobiliário”. O novo executivo municipal de Lisboa vem insistindo, em declarações públicas, que o problema dos devolutos é uma prioridade. E a

derrocada de um prédio em plena Avenida da Liberdade, provocada por um incêndio num prédio devoluto, transforma finalmente a questão num autêntico clamor.


É assim, neste quadro, que novas medidas foram recentemente anunciadas: a possibilidade da penalização progressiva dos devolutos, com a triplicação do IMI, e a proibição de os proprietários provocarem ou



agravarem, dolosamente, situações de falta de segurança ou de salubridade, com um novo artigo no RJUE. Espera-se, com isto, penalizando os responsáveis, evitar a prática escandalosa de agravar a degradação dos edifícios, deixando durante anos as janelas abertas e retirando telhas das coberturas – situações muito comuns em Lisboa. Isso, para que seja irremediável a demolição do

imóvel, em muitos casos dificultada pela Câmara.

Estas medidas, agora anunciadas, só pecam por serem tardias, dado que, nesta página, como em diferentes publicações e intervenções, há anos que vinham a ser reclamadas. Efectivamente, no campo da reabilitação urbana, o balanço que se pode fazer destes últimos anos não é animador. A identificação dos fogos devolutos é demorada e sujeita a controvérsias, dificultando o objectivo fundamental de os colocar rapidamente no mercado com a finalidade também de fazer baixar os preços. A utilização de edifícios existentes substituindo os bairros sociais, que deixaram de ser construídos, tarda em ser concretizada. As SRU mostram claramente a sua impotência, talvez com as excepções do Porto e de Lisboa ocidental. E, para cúmulo, a proposta da Câmara de Lisboa para duplicar o IMI, foi chumbada pela Assembleia Municipal!⁽¹⁾

É por isso legítima a interrogação: serão estas medidas capazes de fazer arrancar, finalmente e em força, os cada vez mais urgentes e necessários processos de reabilitação das nossas cidades? A concretização dos Planos Municipais de Habitação, previstos no Plano Estratégico, poderão ser um instrumento decisivo para que o processo realmente avance. Mas será desta? 

NOTA

(1) Finalmente aprovada em 25 de Novembro de 2008.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto

Se a sua área é a Reabilitação... 10 bons motivos para a sua empresa se associar ao GECORPA

1 EXPERIÊNCIA

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.

2 REPRESENTATIVIDADE

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.

3 PUBLICAÇÕES

Revista Pedra & Cal. Desconto nas publicações vendidas na Livraria Virtual (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).



4 PUBLICIDADE E MARKETING

O GECORPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista Pedra & Cal, até aos seminários e certames onde participa. Condições vantajosas na publicidade da Pedra & Cal. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



8 REFERÊNCIA

Muitos donos de obra procuram junto do GECORPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 FORMAÇÃO

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.



5 INFORMAÇÃO

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.

6 GESTÃO DA QUALIDADE

O GECORPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

7 CONCORRÊNCIA LEAL

O GECORPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.

10 PRESENÇA NA INTERNET

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego on-line dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.



Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
www.gecorpa.pt info@gecorpa.pt